



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

BOLETIM DE TRABALHO

DO RIO GRANDE DO SUL

V. 8 N. 1

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: Eduardo Leite

Vice-Governador: Gabriel Vieira de Souza

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Secretário: Danielle Calazans

Secretário Adjunto: Felipe Moreira Cruzeiro

Subsecretária de Planejamento: Carolina Mor Scarparo

Subsecretário Adjunto: Alessandro Castilhos Martins

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Diretor: Tomás Pinheiro Fiori

Diretor Adjunto: Pedro Tonon Zuanazzi

Divisão de Análise Econômica: Martinho Roberto Lazzari

BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL

V. 8, N. 1, março 2026

Porto Alegre, RS

Bol. Trab.	Porto Alegre	v. 8	n. 1	p. 1-37	mar. 2026
------------	--------------	------	------	---------	-----------

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>

Departamento de Economia e Estatística (DEE-SPGG)

Av. Borges de Medeiros, 1501 - 20.º andar

Porto Alegre - RS - 90119-900

Fone: (51) 3288-1196

E-mail: dee@planejamento.rs.gov.br

Homepage: <https://dee.rs.gov.br/inicial>

Diretor: Tomás Pinheiro Fiori

Chefe da Divisão de Análise Econômica: Martinho Roberto Lazzari

Equipe Técnica: Guilherme Gaspar de Freitas Xavier Sobrinho e Raul Luís Assumpção Bastos

Revisão Técnica: Martinho Roberto Lazzari

Revisão de Língua Portuguesa: Susana Kerschner

Projeto Gráfico: Vinicius Ximendes Lopes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Boletim de trabalho do Rio Grande do Sul / Secretaria de Planejamento,
Governança e Gestão, Departamento de Economia e Estatística – V. 1, n. 1,
(2019)- . – Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e
Gestão, 2019- .
v. : il.

Trimestral.

1. Mercado de trabalho – Rio Grande do Sul. 2. Trabalho formal – Rio
Grande do Sul. I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e
Gestão. Departamento de Economia e Estatística.

CDU 331.5(816.5)

Bibliotecário responsável: João Vítor Ditter Wallauer – CRB 10/2016

O Boletim de Trabalho oferece, trimestralmente, análises sobre o mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, aprofundando, a cada edição, algum aspecto referente à força de trabalho e à ocupação, em dimensões como os rendimentos, o perfil demográfico dos trabalhadores e as diferentes formas de inserção no mercado.

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	4
1 O MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO QUARTO TRIMESTRE DE 2025	7
1.1 PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO	7
1.2 NÍVEL DE OCUPAÇÃO E TRABALHO INFORMAL	9
1.3 SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	12
1.4 RENDIMENTOS DOS OCUPADOS	16
1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
2 O CRESCIMENTO DO EMPREGO FORMAL DESACELERA	20
2.1 EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO BRASIL, NO RS E NAS DEMAIS UFs	20
2.2 O DESEMPENHO SETORIAL DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO GAÚCHO	23
2.3 ATRIBUTOS DOS TRABALHADORES ENGAJADOS NOS POSTOS ADICIONAIS	25
2.4 A DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO CRESCIMENTO DO EMPREGO GAÚCHO	28
2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
Box A	33
A QUEDA DA INFORMALIDADE NO MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO QUARTO TRIMESTRE DE 2025	33
Box B	35
QUANTOS ASSALARIADOS FORMAIS GANHAM ATÉ R\$ 5.000 NO RIO GRANDE DO SUL?	35
REFERÊNCIAS	36

SUMÁRIO EXECUTIVO

A **seção 1** deste número do **Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul** atualiza o acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho do estado, utilizando, para tanto, indicadores do quarto trimestre de 2025 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O acompanhamento do mercado de trabalho do RS foi feito em perspectiva comparada com os de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e com o do Brasil. Com indicadores selecionados do mercado de trabalho, procurou-se também reunir evidências sobre a evolução da posição relativa do RS ante as de todas as unidades da Federação (UFs).

A taxa de participação na força de trabalho manteve-se estável em 65,6%, no quarto trimestre de 2025, no RS, não pressionando, pelo lado da oferta, o mercado de trabalho estadual, circunstância também verificada em SC, no PR, em SP e no país. Todavia o RS perdeu posições relativas diante de todas as UFs quanto ao nível do indicador, uma vez que passou da sexta maior taxa de participação na força de trabalho no quarto trimestre de 2024 para a oitava maior no quarto trimestre de 2025.

O nível de ocupação no RS, no quarto trimestre de 2025, na margem, registrou variação positiva, o que correspondeu a um acréscimo de 82 mil pessoas em seu contingente de ocupados. Na referência comparativa interanual, o indicador manteve-se estável no estado, assim como em SC, no PR, em SP e no âmbito nacional. Em relação a todas as UFs, o RS passou do quinto para a sétimo maior nível de ocupação, na comparação do quarto trimestre de 2024 com o de 2025.

Um aspecto que se destacou no desempenho do mercado de trabalho gaúcho foi a queda da taxa de informalidade, que passou de 32,1% no quarto trimestre de 2024 para 30,1% no quarto trimestre de 2025. Na mesma referência comparativa, houve retração de 118 mil ocupados informais no RS, o que correspondeu a 19,7% da queda do contingente de ocupados informais do país. Ainda assim, o RS permaneceu, na comparação do quarto trimestre de 2024 com o de 2025, com a quarta menor taxa de informalidade entre as UFs.

No que diz respeito à taxa de desocupação, o indicador, no quarto trimestre de 2025, na margem, manteve-se estável no RS. Na referência comparativa interanual, registrou queda de 4,5% para 3,7% no estado, assim como em SC, em SP e no plano nacional. Ante todas as UFs, na comparação do quarto trimestre de 2024 com o quarto trimestre de 2025, o estado passou da oitava para a sétima menor taxa de desocupação.

A incidência da desocupação de longo prazo, que, no terceiro trimestre de 2025, havia registrado uma elevação abrupta no RS, evidenciou queda, na margem, de 29,2% para 25,8% no quarto trimestre do mesmo ano. Não obstante isso, na comparação interanual, o indicador, no RS, ainda se situava em nível mais elevado em relação ao do quarto trimestre de 2024. Nessa última base comparativa, a incidência da desocupação de longo prazo registrou queda em SC e no PR e elevação em SP e no plano nacional.

De acordo com as evidências expostas na seção 1, no RS, o rendimento médio mensal real habitual dos ocupados manteve-se estável em R\$ 3.968 no quarto trimestre de 2025, situação também verificada em SP. De forma distinta, no mesmo trimestre, na referência comparativa interanual, o indicador registrou crescimento em SC, no PR e no país.

O coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual, uma medida sumária de desigualdade, evidenciou queda no RS, tendo passado de 0,4565 no quarto trimestre de 2024 para 0,4473 no quarto trimestre de 2025. Na mesma referência comparativa, o indicador registrou redução da desigualdade de rendimentos em SP, aumento em SC e no PR e estabilidade no âmbito do país. Em termos de nível da desigualdade de rendimentos, na comparação do quarto trimestre de 2024 com o de 2025, o RS melhorou a sua posição relativa ante a de todas as UFs, tendo passado do oitavo para o quinto menor coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual.

Também no âmbito dos rendimentos dos ocupados, a massa de rendimento mensal real habitual no RS, no quarto trimestre de 2025, na margem, registrou variação positiva de 3,2%, a qual foi provocada, exclusivamente, pelo aumento do seu contingente de ocupados. Na referência comparativa interanual, o indicador permaneceu estável no estado, assim como em SP, enquanto, em SC, no PR e no país, registrou variações positivas.

Na **seção 2**, aborda-se o mercado formal de trabalho, utilizando-se as bases estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) — o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) — que consolidam registros administrativos remetidos mandatoriamente pelos empregadores. Entre janeiro de 2025 e janeiro deste ano, o Rio Grande do Sul gerou um saldo de 36,5 mil vínculos adicionais de emprego formal, uma variação de 1,3%. Esse resultado é significativamente inferior ao alcançado nos 12 meses anteriores (70,4 mil postos, expansão de 2,5%). O desempenho do agregado do país foi significativamente mais positivo, com variação de 2,6% (1,2 milhão de vínculos adicionais). Entretanto, também na dimensão nacional, houve clara desaceleração: no intervalo anterior, o crescimento havia sido de 3,6% (1,7 milhão de postos). No Brasil, os 2,6% dos 12 meses mais recentes são o resultado anualizado mais baixo das 60 medições que a série do Novo Caged possibilita calcular. Já o 1,3% verificado no RS é o segundo menor do arco da base estatística, superando — por apenas um décimo de ponto percentual — o piso de 1,2%, registrado em junho de 2024, logo após os eventos climáticos extremos relacionados ao excesso de precipitação.

Entre janeiro de 2025 e janeiro de 2026, o estado teve o mais baixo crescimento do emprego formal, no ordenamento das 27 UFs. Os outros estados da Região Sul tiveram variações de 2,1% (Santa Catarina) e 2,5% (Paraná). Nos 12 meses anteriores, o Rio Grande do Sul havia ocupado a penúltima posição; recuando-se mais 12 meses (jan./2023-jan./2024), reencontra-se o mercado formal gaúcho como aquele com menor variação relativa. No arco dos seis anos cobertos pela série do Novo Caged, o mercado formal gaúcho é, também, o estado com menor crescimento acumulado, 14,3% — mais de 4 pontos percentuais (p.p.) abaixo do penúltimo colocado, o Rio de Janeiro, que teve expansão de 18,5%, e 8,5 p.p. atrás do resultado nacional.

O saldo de 36,5 mil empregos adicionais que o RS gerou entre janeiro de 2025 e 2026 concentrou-se fortemente no setor serviços, que respondeu por mais de 90% do total e marcou uma expansão de 2,7% do seu contingente, a mais elevada entre os cinco grupamentos. O segundo maior volume de empregos e a segunda maior variação (0,8%) ficaram com o comércio. Em sentido oposto, apenas a agropecuária (o setor menos expressivo na estrutura do emprego formal do estado) teve retração, de 3,1 mil vínculos. A indústria e a construção mantiveram-se praticamente estagnadas no período. Das 24 divisões da Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.0 em que se subdivide a indústria de transformação (IT), nove perderam trabalhadores nos últimos 12 meses cobertos pelo Novo Caged. As variações negativas distribuíram-se entre -0,3% (vestuário e acessórios) e -7% (veículos automotores). A segunda maior queda (-4,7%) deu-se no segmento coureiro-calçadista, o segundo maior empregador da IT. Acumulando-se os seis anos da série do Novo Caged, a indústria é o setor com resultado menos expressivo, uma expansão de 10%, ante os 14,3% do total do mercado formal. Os melhores desempenhos relativos foram o da agropecuária (20,5%) e o de serviços (17,7%). Na comparação com o agregado do Brasil, os resultados dos cinco grupamentos setoriais mostraram-se inferiores para o mercado formal gaúcho, nesse recorte temporal mais amplo.

A predominância das mulheres na composição dos saldos de emprego tem-se mantido nas sucessivas análises trimestrais e, mais do que isso, tem-se aprofundado. Entre janeiro de 2025 e janeiro de 2026, no RS, 78,2% dos vínculos adicionais foram assumidos por trabalhadoras, resultado bem superior aos 55% verificados nos 12 meses anteriores e, ainda mais, à participação que as mulheres detinham no universo dos empregados formais contabilizado pela RAIS ao final de 2024 (47,7%). A predominância feminina verificou-se nos cinco grupamentos setoriais, com pico de 82,5%, no comércio.

Mais uma vez, nos últimos 12 meses, constatou-se a esmagadora prevalência dos menores de idade e dos trabalhadores entre 18 e 24 anos na formação do saldo do emprego gaúcho. Agrupados, os indivíduos com até 24 anos formaram um saldo de 66,8 mil postos, 83,3% superior aos 36,5 mil empregos que o estado agregou. Nos 12 meses anteriores, o saldo dessa faixa ampliada de idades havia superado em “apenas” 17,5% o adicional do conjunto do mercado de trabalho. No intervalo mais recente, a diferença foi “compensada” com a retração do emprego em todas as faixas de idade sucessivas.

Pela ótica da escolaridade, prossegue o estreitamento da incorporação de trabalhadores com credenciais inferiores ao ensino médio incompleto (desconsiderada a categoria dos analfabetos, residual). Representando 16,7% do total de empregados ao final de 2024, segundo a RAIS, essas categorias tiveram retração, nos últimos 12 meses, conforme o Novo Caged (-3,2 mil, conjuntamente). Os indivíduos com ensino médio incompleto conquistaram 33,2% do saldo, muito mais do que o que ostentavam na RAIS de 2024. Já o grupo com ensino médio completo concentrou

79,4% dos postos adicionais, bem acima dos 44,6% que detinha no universo dos empregados. Nas categorias com mais elevadas credenciais educacionais, houve sub-representação dos trabalhadores com ensino superior incompleto — 5% da estrutura da RAIS e apenas 0,9% do saldo dos últimos 12 meses — e retração do conjunto dos diplomados, cujo saldo, entre admissões e desligamentos, foi de -2,2 mil vínculos.

Do ponto de vista territorial, nos 12 meses mais recentes, os resultados das nove Regiões Funcionais (RFs) do RS distribuíram-se entre uma variação de -0,1%, no emprego da RF 3 (nucleada pela Serra), e 3,1%, na RF 9 (Norte). Quase idêntica à da RF 3, mas posicionada exatamente em zero, foi a variação da RF 8 (Central). Já o segundo melhor desempenho, o da RF 7 (Noroeste), ficou mais distante da primeira colocada: 2,1% *versus* 3,1%. A posição dianteira da RF 9 verifica-se também no intervalo temporal de seis anos (jan./2020-jan./2026), em que seu percentual de crescimento (26,2%) é quase o dobro dos 14,3% do mercado formal gaúcho e 7,3 p.p. à frente da segunda colocada, a RF 4 (Litoral). Nesse recorte, a RF 7, segunda colocada nos últimos 12 meses, assume a terceira posição. Também no cômputo do emprego industrial a Região Funcional 9 é destaque, tendo acumulado, nos seis anos da série do Novo Caged, uma elevação de 28,9% de seu contingente, a mais expressiva entre as RFs, quase três vezes superior aos 10% do agregado do RS. Nesta subseção, contempla-se, também, a análise dos resultados do emprego conforme a regionalização do estado em 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes).

1 O MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO QUARTO TRIMESTRE DE 2025¹

Em termos retrospectivos, o mercado de trabalho do Rio Grande do Sul mostrou, no terceiro trimestre de 2025, na margem, estabilidade em alguns de seus principais indicadores (Boletim [...], 2025b). Assim, mantiveram-se estáveis, nessa referência comparativa, a taxa de participação na força de trabalho, o nível de ocupação, a taxa de desocupação e o rendimento médio mensal real habitual dos ocupados. Tal estabilidade ocorreu não obstante a economia do RS ter tido um desempenho positivo no terceiro trimestre de 2025, em relação ao trimestre anterior, com uma taxa de crescimento de 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB) (Conceição; Lazzari; Fantinel, 2025). O comportamento do mercado de trabalho estadual mostrou-se mais favorável no terceiro trimestre de 2025, em parte, nas comparações interanuais de seus indicadores (Boletim [...], 2025b). Nesse sentido, na comparação do terceiro trimestre de 2025 com o mesmo trimestre de 2024, a taxa de desocupação registrou queda, e o rendimento médio mensal real habitual, variação positiva. O desempenho desses indicadores do mercado de trabalho esteve mais alinhado com a *performance* interanual da economia gaúcha, cujo PIB, no terceiro trimestre de 2025, registrou crescimento de 2,5% (Conceição; Lazzari; Fantinel, 2025).

Nesta seção, objetiva-se atualizar o acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho do estado, utilizando, para tanto, indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao quarto trimestre de 2025. O acompanhamento do mercado de trabalho do RS é feito em perspectiva comparada com os de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e o do Brasil. Com indicadores selecionados do mercado de trabalho, procura-se também reunir evidências sobre a evolução da posição relativa do RS ante todas as unidades da Federação (UFs). Esta seção encontra-se estruturada em cinco tópicos: participação na força de trabalho; nível de ocupação e trabalho informal; subutilização da força de trabalho; rendimentos dos ocupados; e, por último, as considerações finais.

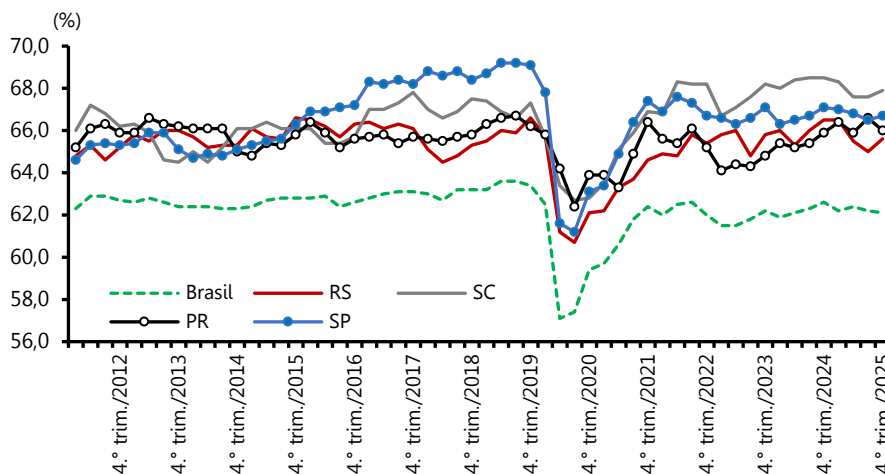
1.1 PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO

No RS, a taxa de participação na força de trabalho (TPFT)² atingiu o pico de sua série temporal no quarto trimestre de 2015, 66,6%, tendo voltado a se situar nesse mesmo nível no quarto trimestre de 2019 (**Gráfico 1**). O indicador sofreu uma queda abrupta em 2020, durante um dos piores momentos da pandemia de COVID-19 para o mercado de trabalho, atingindo o seu piso, no estado, no terceiro trimestre daquele ano, 60,7%. Após, com o avanço do processo de vacinação e de recuperação da atividade econômica, a TPFT ingressou em uma trajetória de elevação, alcançando 66,5% no quarto trimestre de 2024. No quarto trimestre 2025, a TPFT foi de 65,6%, o que representou uma situação de estabilidade tanto na margem quando em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, uma vez que as suas oscilações não têm significância estatística. Nessas mesmas referências comparativas, o indicador também se manteve estável em SC (67,9%), no PR (66%) e em SP (66,7%). No âmbito nacional, no quarto trimestre de 2025, na comparação interanual, a TPFT evidenciou queda, de 62,6% para 62,1%.

¹ Esta seção foi elaborada com dados disponíveis até 20 de fevereiro de 2026.

² A **taxa de participação na força de trabalho** é obtida pela divisão da força de trabalho pela População em Idade de Trabalhar, sendo expressa em termos percentuais (ILO, 2016). O indicador mede, assim, a parcela relativa de pessoas de 14 anos ou mais de idade — delimitação etária adotada pela PNAD Contínua — que está no mercado de trabalho, seja na condição de ocupada, seja na de desocupada.

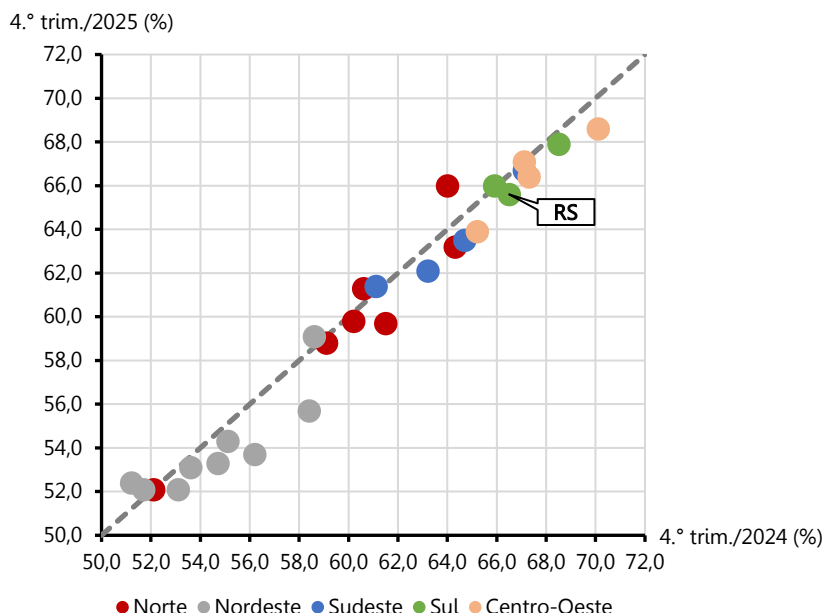
Gráfico 1 - Taxa de participação na força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-4.º trim./2025



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

Pode-se conhecer a evolução da posição relativa do nível da TPFT do RS ante o de todas as UFs por meio das evidências contidas no **Gráfico 2**. Nesse gráfico de dispersão, a TPFT do quarto trimestre de 2024 está sendo medida no eixo horizontal, e a do quarto trimestre de 2025, no eixo vertical. Nesse sentido, quanto mais à direita estiver a posição da UF no Gráfico 2, maior será a sua TPFT no segundo trimestre de 2024, e quanto mais elevada estiver a sua posição, maior será o nível desse indicador no quarto trimestre de 2025. De acordo com o que se pode constatar, no quarto trimestre de 2024, o RS detinha a sexta maior TPFT, pois há cinco pontos à sua direita no gráfico de dispersão, que correspondem aos estados de SC, SP, MT, GO e ao DF. Por sua vez, no quarto trimestre de 2025, o RS passou a deter a oitava maior TPFT, uma vez que se identificam sete pontos acima de sua posição, os quais representam SC, PR, SP, MT, GO, DF e TO.

Gráfico 2 - Taxa de participação na força de trabalho, por região, nas unidades da Federação do Brasil — 4.º trim./2024 e 4.º trim./2025



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

O tamanho absoluto da força de trabalho (FT) do RS, no quarto trimestre de 2025, manteve-se estável, tanto em relação ao trimestre anterior quanto na referência comparativa interanual, em 6.145 mil pessoas (**Tabela 1**). Nessas mesmas bases comparativas, o indicador também permaneceu estável nos demais estados da Região Sul, em SP e no país. Assinale-se que a FT do RS, no quarto trimestre de 2025, alcançou praticamente o mesmo nível do quarto

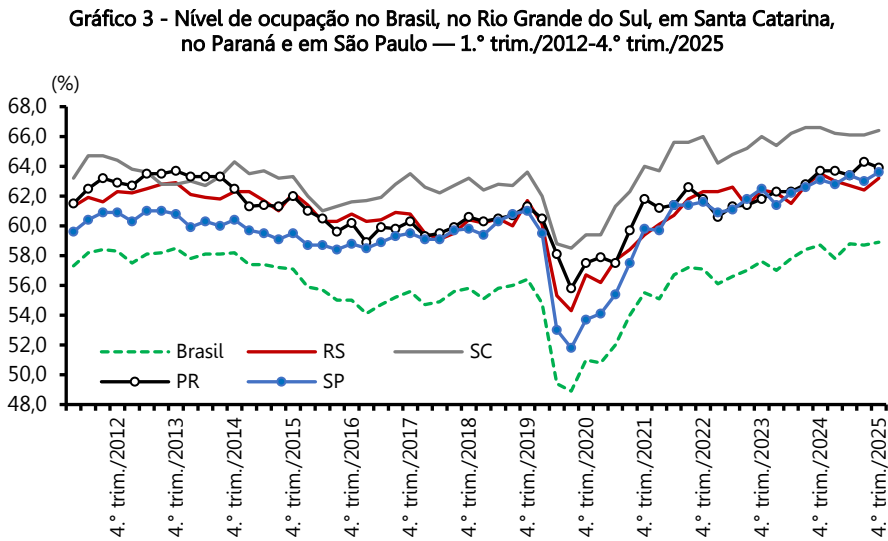
trimestre de 2019, uma referência comparativa anterior à pandemia de COVID-19, situação claramente distinta, no âmbito da Região Sul, às de SC e do PR, cujas forças de trabalho evidenciaram crescimento em relação aos seus respectivos contingentes do quarto trimestre de 2019 (**Tabela 1**).

Tabela 1 - Força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados										
DIS- CRIMI- NA- ÇÃO	FORÇA DE TRABALHO (1.000 pessoas)								VARIÇÃO %	
	4.º	4.º	4.º	4.º	4.º	4.º	3.º	4.º	4.º trim./2025 3.º trim./2025	4.º trim./2025 4.º trim./2024
	Trim./2019	Trim./2020	Trim./2021	Trim./2022	Trim./2023	Trim./2024	Trim./2025	Trim./2025		
Brasil	105.617	99.804	105.781	105.927	106.988	108.516	108.478	108.501	0,0	0,0
RS	6.138	5.724	6.022	6.086	6.115	6.198	6.081	6.145	1,0	-0,9
SC	4.108	3.931	4.167	4.335	4.446	4.549	4.566	4.590	0,5	0,9
PR	6.106	6.026	6.248	6.202	6.257	6.366	6.476	6.471	-0,1	1,6
SP	25.502	23.695	25.389	25.203	25.560	25.789	25.653	25.788	0,5	0,0

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

1.2 NÍVEL DE OCUPAÇÃO E TRABALHO INFORMAL

O nível de ocupação (NO)³ do RS atingiu o pico de sua série temporal no quarto trimestre de 2024, 63,5% (**Gráfico 3**). Nesse patamar, o indicador encontrava-se 1,8 ponto percentual (p.p.) acima do alcançado no quarto trimestre de 2019, referência comparativa anterior à pandemia de COVID-19. No período recente, no quarto trimestre de 2025, o NO do RS foi de 63,2%, com uma variação positiva de 0,8 p.p. em relação ao trimestre anterior. Na mesma base comparativa, o indicador manteve-se estável nos demais estados da Região Sul e em SP, enquanto, no país, se elevou de 58,7% para 58,9%. Ao se cotejar o NO do quarto trimestre de 2025 com o do quarto trimestre de 2024, constata-se que houve estabilidade no RS, em SC, no PR, em SP e no âmbito nacional — as suas oscilações não têm significância estatística.



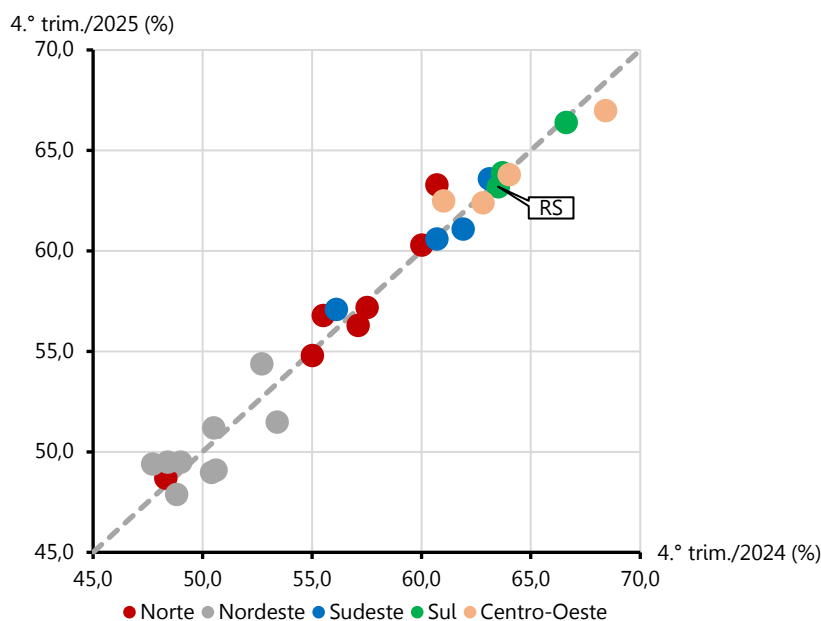
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

No que diz respeito à evolução da posição relativa do NO do RS ante a de todas as UFs, esta pode ser identificada no **Gráfico 4**, no qual consta o indicador de cada UF no quarto trimestre de 2024 (medido no eixo horizontal) e no quarto trimestre de 2025 (medido no eixo vertical). Segundo os dados do Gráfico 4, o RS possuía o quinto maior NO entre as UFs no quarto trimestre de 2024, na medida em que há quatro pontos à direita da sua posição, que representam SC, PR, GO e MT. No quarto trimestre de 2025, o RS havia perdido posições relativas, tendo

³ O **nível de ocupação** é obtido pela divisão do contingente de ocupados pela População em Idade de Trabalho, sendo expresso em termos percentuais (ILO, 2016).

passado a deter o sétimo maior nível do indicador: há seis pontos acima dele no gráfico de dispersão, que correspondem a SC, PR, SP, GO, MT e TO.

Gráfico 4 - Nível de ocupação, por região, nas unidades da Federação do Brasil — 4.º trim./2024 e 4.º trim./2025



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

O número absoluto de ocupados no RS, no quarto trimestre de 2025, registrou variação positiva, na margem, de 1,4%, situando-se em 5.916 mil pessoas (acréscimo de 82 mil ocupados) — **Tabela 2**. Esse desempenho aproximou o contingente de ocupados do quarto trimestre de 2025 do pico da sua série temporal no RS, verificado no quarto trimestre de 2024. Na mesma referência comparativa, o indicador manteve-se estável em SC, no PR e em SP; no país, apresentou variação positiva de 0,6%. Já na comparação interanual, no quarto trimestre de 2025, o número absoluto de ocupados ficou estável no RS, nos demais estados da Região Sul e em SP; no âmbito nacional, o indicador evidenciou variação positiva (1,1%), atingindo o novo pico de sua série temporal.⁴

Tabela 2 - Contingentes de ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DIS- CRIMI- NA- ÇÃO	OCUPADOS (1.000 pessoas)								VARIACÃO %	
	4.º	4.º	4.º	4.º	4.º	4.º	3.º	4.º	4.º trim./2025	4.º trim./2025
	Trim./2019	Trim./2020	Trim./2021	Trim./2022	Trim./2023	Trim./2024	Trim./2025	Trim./2025	3.º trim./2025	4.º trim./2024
Brasil	93.920	85.669	93.988	97.517	99.062	101.832	102.433	102.998	(1)0,6	(1)1,1
RS	5.693	5.231	5.536	5.804	5.798	5.918	5.834	5.916	(1)1,4	0,0
SC	3.884	3.719	3.986	4.194	4.302	4.427	4.459	4.491	0,7	1,5
PR	5.656	5.420	5.814	5.883	5.962	6.160	6.248	6.266	0,3	1,7
SP	22.542	20.178	22.548	23.261	23.802	24.260	24.316	24.576	1,1	1,3

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

(1) Significância estatística com 95% de confiança.

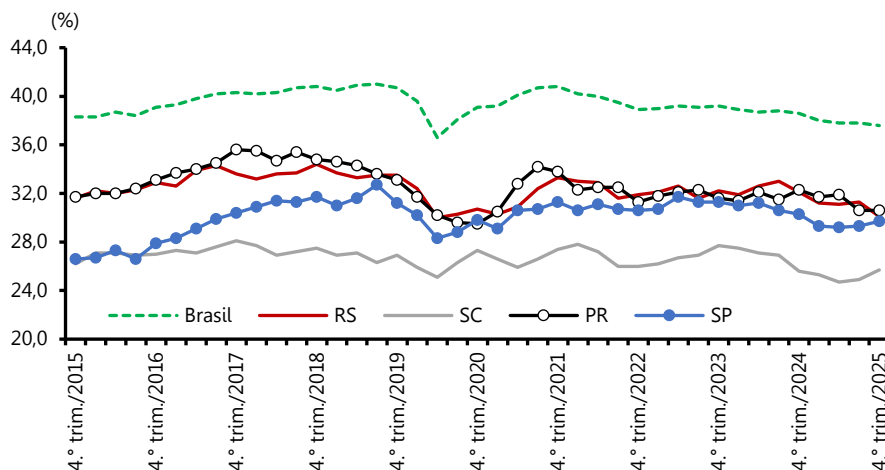
A taxa de informalidade (TI)⁵ no RS, no quarto trimestre de 2025, em relação ao trimestre anterior, teve queda, de 31,3% para 30,1% (**Gráfico 5**). Com esse desempenho, a TI do quarto trimestre de 2025, no estado, ficou muito próxima do piso da sua série temporal, verificado no segundo trimestre de 2020 (30%). Todavia, naquele período, a

⁴ Para o país, faz-se referência à série temporal da PNAD Contínua dos trimestres encerrados em março, junho, setembro e dezembro.

⁵ De acordo com a delimitação adotada pelo IBGE, são considerados informais os empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado; os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; os empregadores sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); os trabalhadores por conta própria sem CNPJ; e os trabalhadores familiares auxiliares (IBGE, 2026b). A **taxa de informalidade** é obtida pela soma dessas categorias, a qual é dividida pelo contingente total de ocupados.

forte retração da TI deu-se em um contexto distinto, de redução do contingente total de ocupados, a qual foi provocada pelos efeitos adversos da pandemia de COVID-19 sobre o mercado de trabalho. No quarto trimestre de 2025, na margem, a TI manteve-se estável em SC (25,7%), no PR (30,6%), em SP (29,7%) e no país (37,6%). Na referência comparativa interanual, no quarto trimestre de 2025, o indicador evidenciou queda no RS (-2 p.p.), no PR (-1,7 p.p.) e no país (1 p.p.); em SC e em SP, ficou estável.

Gráfico 5 - Taxa de informalidade no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 4.º trim./2015–4.º trim./2025

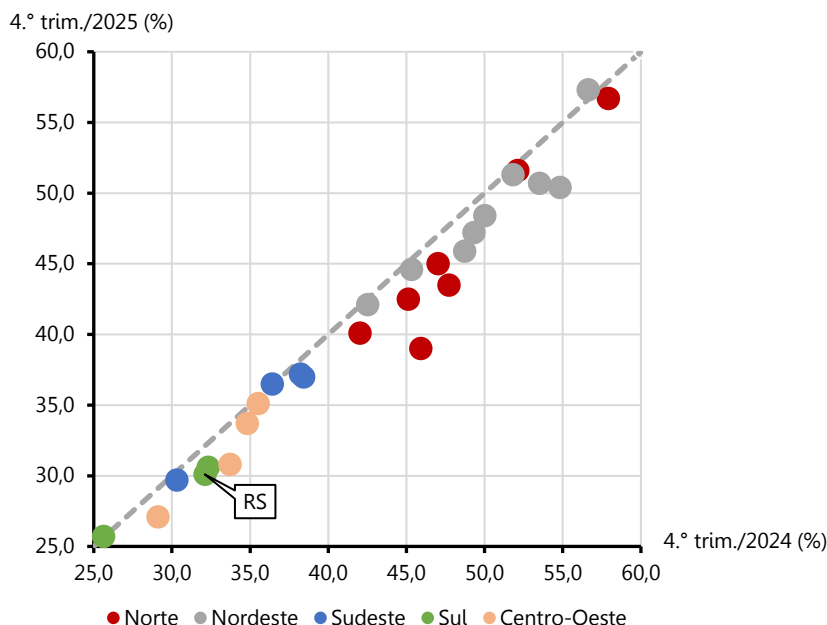


Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026a).

Nota: A taxa de informalidade está disponível a partir do 4.º trim./2015.

Sobre a evolução da posição relativa da TI do RS em comparação à de todas as UFs, esta pode ser avaliada por meio das evidências expostas no **Gráfico 6**. Nesse gráfico de dispersão, a TI de cada UF do quarto trimestre de 2024 está medida no eixo horizontal, e a do quarto trimestre de 2025, no eixo vertical. Por meio da inspeção visual do Gráfico 6, constata-se que o RS manteve a quarta menor TI em ambos os trimestres: existem três pontos à esquerda e abaixo da sua posição, que representam SC, SP e o DF.

Gráfico 6 - Taxa de informalidade, por região, nas unidades da Federação do Brasil — 4.º trim./2024 e 4.º trim./2025



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

O contingente de ocupados informais no quarto trimestre de 2025, na margem, manteve-se estável no RS (1.783 mil pessoas), assim como nos demais estados da Região Sul, em SP e no país, uma vez que as suas oscilações não têm significância estatística (**Tabela 3**). Na referência comparativa interanual, no quarto trimestre de 2025, o número absoluto de ocupados informais sofreu queda no RS (-6,2%, -118 mil pessoas) e, com menor intensidade, no país (-1,5%, -600 mil pessoas)⁶. Assim, nessa base comparativa, o RS foi responsável por 19,7% da retração do contingente de ocupados informais do agregado nacional. Ainda na referência comparativa interanual, no quarto trimestre de 2025, o número absoluto de ocupados informais permaneceu estável em SC, no PR e em SP.

Tabela 3 - Contingentes de ocupados informais no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DIS- CRIMI- NA- ÇÃO	OCUPADOS INFORMAIS (1.000 pessoas)								VARIAÇÃO %	
	4.º	4.º	4.º	4.º	4.º	4.º	3.º	4.º	4.º trim./2025	4.º trim./2025
	Trim./2019	Trim./2020	Trim./2021	Trim./2022	Trim./2023	Trim./2024	Trim./2025	Trim./2025	3.º trim./2025	4.º trim./2024
Brasil	38.192	33.525	38.317	37.905	38.826	39.307	38.748	38.707	-0,1	(1)-1,5
RS	1.906	1.604	1.842	1.851	1.868	1.901	1.829	1.783	-2,5	(1)-6,2
SC	1.046	1.015	1.093	1.092	1.191	1.135	1.111	1.155	4,0	1,8
PR	1.870	1.598	1.964	1.840	1.883	1.988	1.912	1.915	0,2	-3,7
SP	7.029	6.021	7.058	7.120	7.443	7.349	7.130	7.301	2,4	-0,6

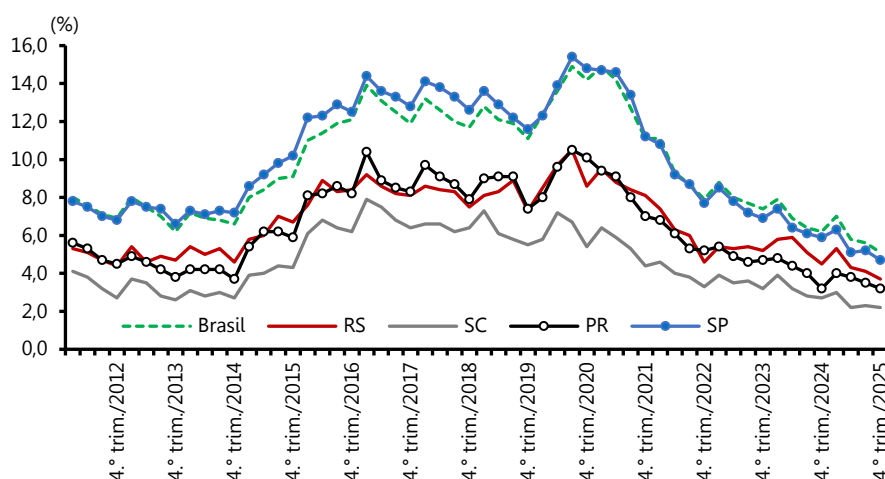
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

(1) Significância estatística com 95% de confiança.

1.3 SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Após os eventos climáticos adversos de maio de 2024, o processo de recuperação econômica no RS fez com que a taxa de desocupação (TD) atingisse, no quarto trimestre de 2024, um novo piso em sua série temporal, 4,5% (**Gráfico 7**). Em comportamento tipicamente sazonal, esse indicador registrou, no estado, na margem, um movimento de elevação no primeiro trimestre de 2025, situando-se em 5,3%. Posteriormente, a TD estadual retomou a sua tendência de variações interanuais negativas. No quarto trimestre de 2025, o indicador, no RS, na margem, manteve-se estável em 3,7%, assim como em SC (2,2%) e no PR (3,2%); em SP, registrou queda (de 5,2% para 4,7%), bem como no país (de 5,6% para 5,1%). Na referência comparativa interanual, no quarto trimestre de 2025, a TD evidenciou redução no RS (-0,8 p.p.), em SC (-0,5 p.p.), em SP (-1,2 p.p.) e no âmbito nacional (-1,1 p.p.); no PR, ficou estável.

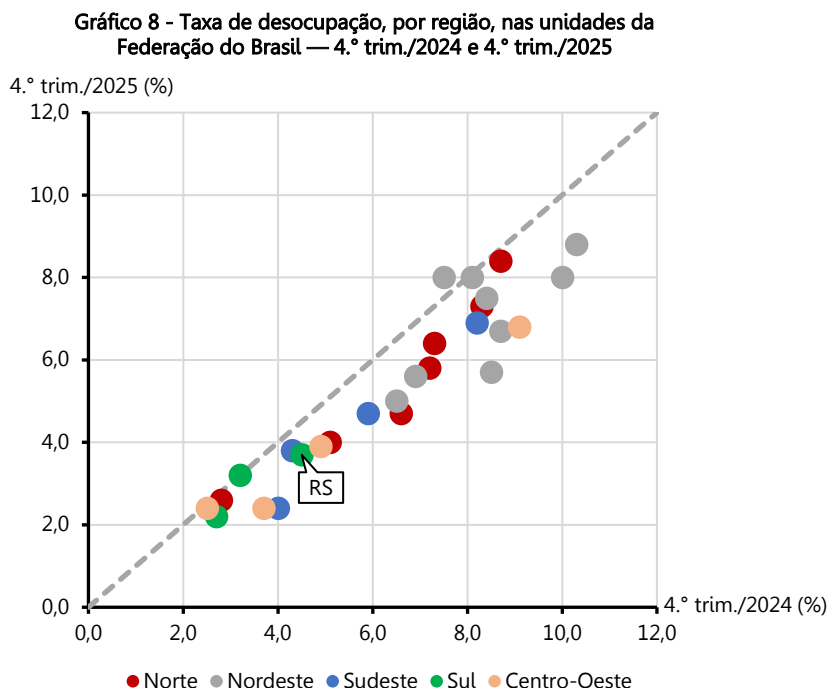
Gráfico 7 - Taxa de desocupação no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-4.º trim./2025



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

⁶ Sobre a queda do contingente de ocupados informais no RS, no quarto trimestre de 2025, ante o quarto trimestre de 2024, ver também as evidências apresentadas no **Box A**.

No que se refere à evolução da posição relativa da TD do RS em comparação à de todas as UFs, esta pode ser observada por meio dos dados contidos no **Gráfico 8**, em que o indicador de cada UF no quarto trimestre de 2024 está medido no eixo horizontal, e o do quarto trimestre de 2025, no eixo vertical. Nesse sentido, o RS possuía a oitava menor TD entre as UFs no quarto trimestre de 2024, pois sete pontos localizam-se à esquerda da sua posição no gráfico de dispersão, os quais representam os estados de SC, PR, ES, MG, MS, MT e RO. No quarto trimestre de 2025, o RS havia passado a deter a sétima menor TD entre as UFs, dado que seis pontos se localizam abaixo de sua posição no Gráfico 8, que representam SC, PR, ES, MS, MT e RO.

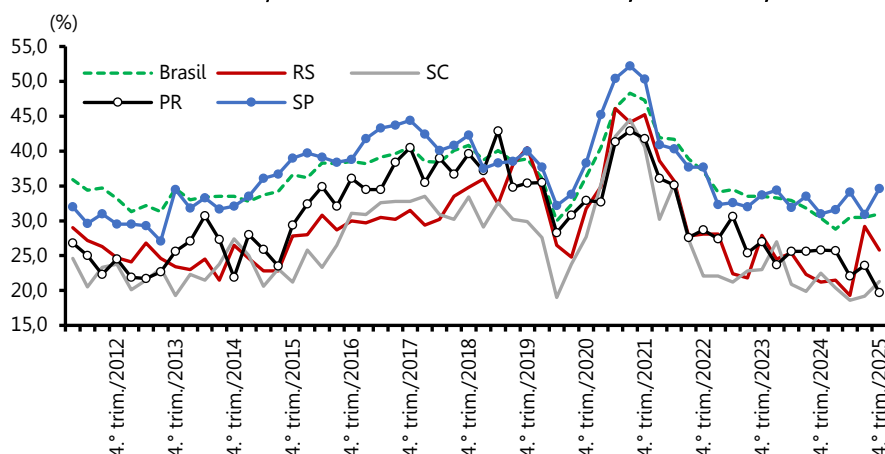


Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

Como foi mostrado no número anterior deste boletim, a incidência da desocupação de longo prazo (IDLP)⁷, no RS, evidenciou uma elevação abrupta no terceiro trimestre de 2025, quando atingiu 29,2%, um acréscimo de 6,9 p.p. em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (Boletim [...], 2025b). No quarto trimestre de 2025, a IDLP foi de 25,8% no estado, nível inferior ao do terceiro trimestre do mesmo ano (-3,4 p.p.), mas ainda superior ao do quarto trimestre de 2024 (4,6 p.p.) — **Gráfico 9**. Nessa última referência comparativa, a IDLP caiu em SC (de 22,5% para 21,3%) e no PR (de 25,8% para 19,7%), enquanto se elevou em SP (de 31% para 34,6%) e no país (de 30,4% para 31%).

⁷ De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, a **IDLP** corresponde à parcela relativa de desocupados com tempo de procura por trabalho igual ou superior a um ano no total de desocupados (ILO, 2016).

Gráfico 9 - Incidência da desocupação de longo prazo no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-4.º trim./2025



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026a, 2026b).

Nota: 1. Elaborado com os dados da PNAD Contínua.

2. A incidência da desocupação de longo prazo corresponde à parcela relativa de desocupados com tempo de procura por trabalho igual ou superior a um ano no total de desocupados.

No RS, o contingente de desocupados atingiu o pico de sua série temporal no terceiro trimestre de 2020, no pior momento da pandemia de COVID-19 para o mercado de trabalho, quando se situou em 586 mil desocupados. Posteriormente, o indicador ingressou em uma trajetória de redução, com uma interrupção localizada nos dois primeiros trimestres de 2024. No quarto trimestre de 2025, o contingente de desocupados foi de 229 mil pessoas no estado, tendo ficado estável em relação ao trimestre anterior (**Tabela 4**). Nessa mesma referência comparativa, o indicador também se manteve estável em SC, no PR e em SP; no âmbito do país, evidenciou queda de 9%. Na comparação interanual, no quarto trimestre de 2025, o número absoluto de desocupados registrou queda de 18,3% no RS (- 51 mil desocupados), de 19% em SC, de 20,7% em SP e de 17,7% no país; no PR, ficou estável.

Tabela 4 - Contingentes de desocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DIS- CRIMI- NA- ÇÃO	DESOCUPADOS (1.000 pessoas)								VARIÇÃO %	
	4.º	4.º	4.º	4.º	4.º	4.º	3.º	4.º	4.º trim./2025	4.º trim./2025
	Trim./2019	Trim./2020	Trim./2021	Trim./2022	Trim./2023	Trim./2024	Trim./2025	Trim./2025	3.º trim./2025	4.º trim./2024
Brasil	11.698	14.135	11.793	8.410	7.926	6.684	6.045	5.503	(1) -9,0	(1) -17,7
RS	445	493	486	282	317	280	248	229	-7,7	(1) -18,3
SC	224	212	181	142	144	122	107	99	-7,2	(1) -19,0
PR	450	606	434	319	295	206	229	205	-10,4	-0,7
SP	2.960	3.516	2.841	1.942	1.758	1.529	1.337	1.212	-9,3	(1) -20,7

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

(1) Significância estatística com 95% de confiança.

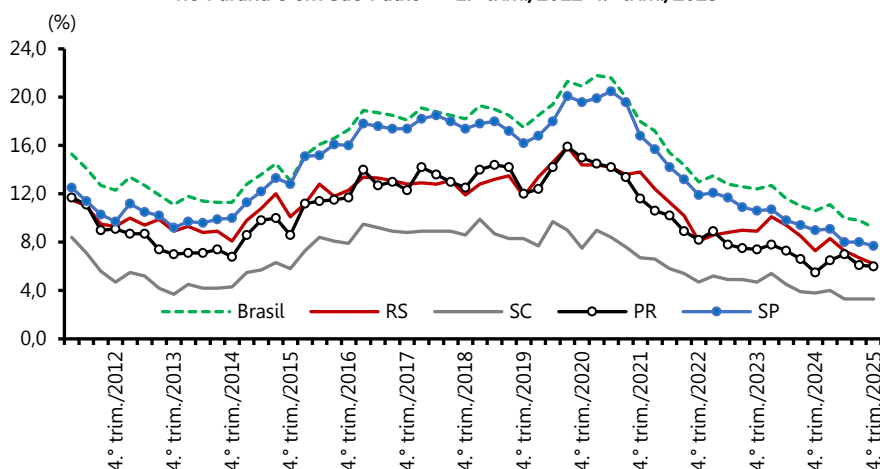
Um indicador mais amplo de subutilização da FT, a taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas (TCDS)⁸, passou por um processo de queda no RS desde o quarto trimestre de 2020, ainda que com um hiato de interrupção durante 2023 (**Gráfico 10**). No quarto trimestre de 2025, a TCDS foi de 6,2% no estado, uma situação de estabilidade em relação ao trimestre anterior. Na mesma referência comparativa, o indicador também se manteve estável em SC (3,3%), no PR (6%) e em SP (7,7%) e, no país, evidenciou redução, de 10,6% para 9,2%. Na base comparativa interanual, no quarto trimestre de 2025, a TCDS registrou queda no RS (- 1,1 p.p.), em SP (- 1,3 p.p.) e no âmbito nacional (- 1,4 p.p.), já em SC e no PR, permaneceu estável.

⁸ A TCDS é assim obtida (OIT, 2013):

$TCDS = [(Desocupados + Subocupados por insuficiência de horas trabalhadas) / Força de Trabalho] \times 100$.

São consideradas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas, na PNAD Contínua, as pessoas que: (a) têm 14 anos ou mais de idade; (b) trabalhavam habitualmente menos de 40 horas no seu único trabalho ou em todos os seus trabalhos; (c) gostariam de trabalhar mais horas que as habitualmente trabalhadas; e (d) estavam disponíveis para trabalhar mais horas no período de 30 dias, contados a partir do primeiro dia da semana de referência (IBGE, 2016).

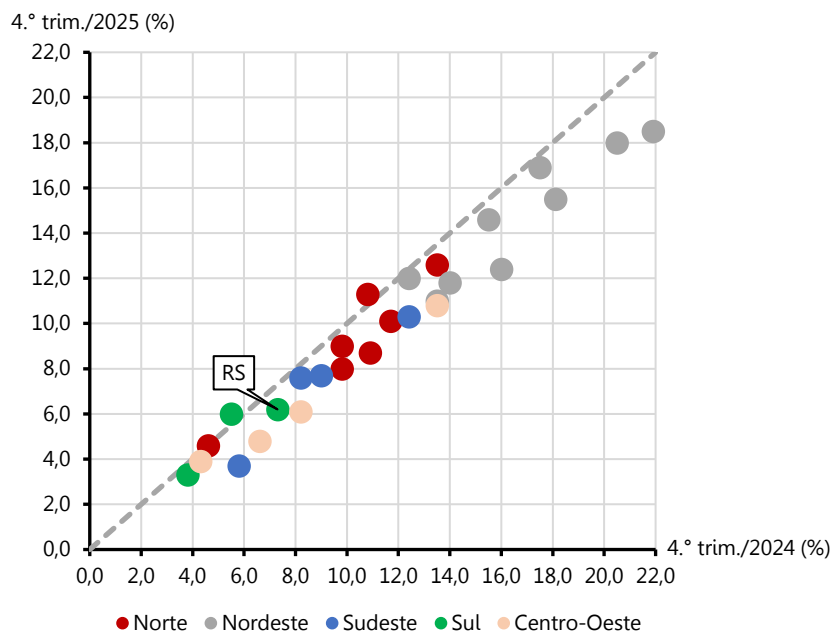
Gráfico 10 - Taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-4.º trim./2025



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

É possível conhecer a evolução da posição relativa do RS ante todas as UFs quanto ao nível da TCDS por meio das evidências contidas no **Gráfico 11**, no qual consta o indicador sob análise no quarto trimestre de 2024 e no de 2025. De acordo com o que se pode identificar, no quarto trimestre de 2024, o RS detinha a sétima menor TCDS, dado que há seis pontos à sua esquerda no gráfico de dispersão, que representam os estados de SC, PR, ES, MT, MS e RO. No quarto trimestre de 2025, o estado passou a ter a oitava menor TCDS, uma vez que existem sete pontos abaixo de sua posição no Gráfico 11, que correspondem a SC, PR, ES, MT, MS, GO e RO.

Gráfico 11 - Taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, por região, nas unidades da Federação do Brasil — 4.º trim./2024 e 4.º trim./2025



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

No quarto trimestre de 2025, o contingente de pessoas que é medido pela TCDS permaneceu, na margem, estável no RS (378 mil pessoas), assim como nos demais estados da Região Sul e em SP; no país, evidenciou redução de 5,3% (**Tabela 5**). Na referência comparativa interanual, o indicador sofreu queda expressiva no RS (-16,9%, -77 mil pessoas), em SP (-13,8%) e no país (-13,2%); em SC e no PR, manteve-se estável.

Tabela 5 - Soma dos contingentes de desocupados e de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

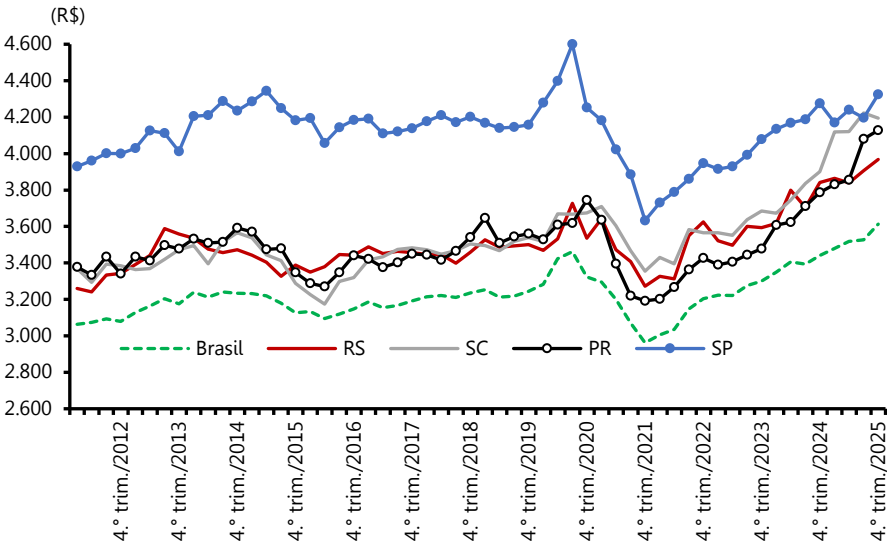
DIS- CRIMI- NA- ÇÃO	CONTINGENTES (1.000 pessoas)								VARIAÇÃO %	
	4.º	4.º	4.º	4.º	4.º	4.º	3.º	4.º	4.º trim./2025	4.º trim./2025
	Trim./2019	Trim./2020	Trim./2021	Trim./2022	Trim./2023	Trim./2024	Trim./2025	Trim./2025	3.º trim./2025	4.º trim./2024
Brasil	18.445	20.885	19.035	13.746	13.272	11.540	10.580	10.015	(1)-5,3	(1)-13,2
RS	725	823	830	490	544	455	406	378	-6,9	(1)-16,9
SC	340	294	277	206	209	172	151	154	1,6	-10,9
PR	731	903	727	508	466	353	396	387	-2,2	9,7
SP	4.126	4.640	4.275	2.988	2.714	2.315	2.063	1.994	-3,3	(1)-13,8

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).
(1) Significância estatística com 95% de confiança.

1.4 RENDIMENTOS DOS OCUPADOS

O rendimento médio mensal real habitual dos ocupados evidenciou um processo relevante de queda no RS em 2021, devido à aceleração inflacionária verificada naquele ano, assim como por uma mudança na estrutura ocupacional, apreendida pela recuperação da taxa de informalidade, o que trouxe consigo o aumento do peso relativo de um segmento de trabalhadores cujos rendimentos são mais baixos. Desde 2022, com a redução da inflação e o desempenho favorável das negociações salariais (Manganelli; Bastos; Donoso, 2025), o rendimento médio mensal real habitual encontra-se inserido em uma trajetória ascendente, tendo o indicador atingido um novo pico no RS, no quarto trimestre de 2024 (Gráfico 12). No quarto trimestre de 2025, tanto na margem quanto em termos interanuais, o rendimento médio mensal real habitual manteve-se estável no RS, situando-se em R\$ 3.968, bem como em SP, em R\$ 4.324. Nessa última referência comparativa, o indicador registrou variações positivas em SC (7,5%, passando de R\$ 3.901 para R\$ 4.195), no PR (9%, aumentando de R\$ 3.787 para R\$ 4.128) e no âmbito nacional (5%, passando de R\$ 3.440 para R\$ 3.613).

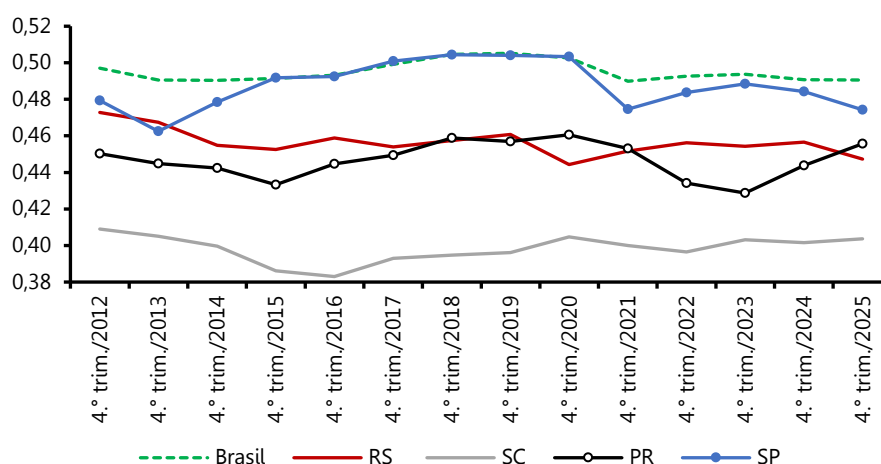
Gráfico 12 - Rendimento médio mensal real habitual dos ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-4.º trim./2025



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).
Nota: 1. Rendimento médio mensal real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.
2. Rendimento deflacionado para a média mensal dos preços do 4.º trim./2025.

No que diz respeito à desigualdade de rendimentos dos ocupados, o coeficiente de Gini⁹ do rendimento mensal real habitual registrou queda no RS, na comparação do quarto trimestre de 2024 com o de 2025, tendo passado de 0,4565 para 0,4473 (**Gráfico 13**)¹⁰. Sugere-se que, para tanto, contribuiu o forte aumento do primeiro decil do rendimento mensal real habitual — ou seja, de um indicador localizado na base da estrutura de rendimentos —, que teve uma variação positiva de 24,8% na comparação do quarto trimestre de 2024 com o de 2025. Nessa mesma referência comparativa, o coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual também evidenciou redução em SP, de 0,4842 para 0,4743, e, de forma distinta, aumentou no PR, de 0,4438 para 0,4557, em SC, de 0,4015 para 0,4036, enquanto, no país, se manteve estável em 0,4905.

Gráfico 13 - Coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual dos ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026a).

Nota: 1. Elaborado com os microdados da PNAD Contínua.

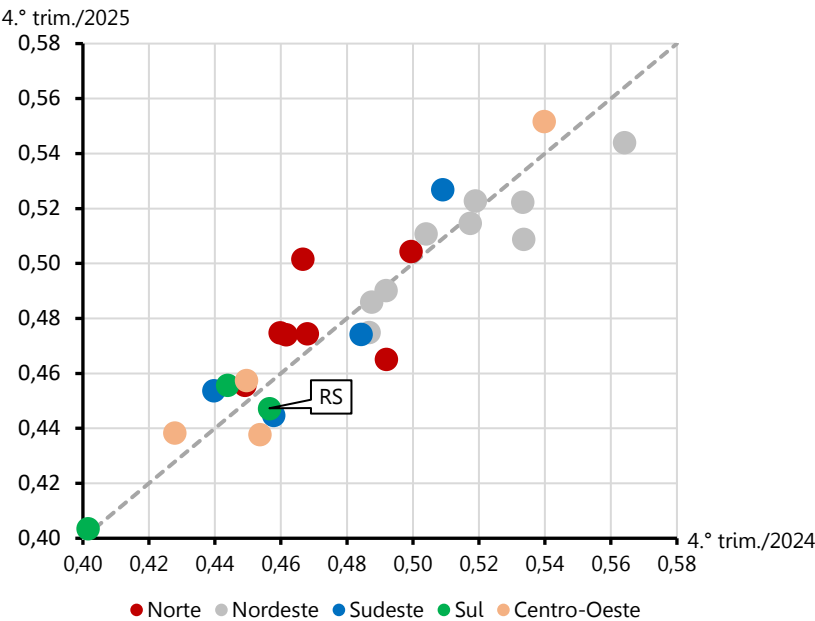
2. Coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.

Pode-se ter uma noção da evolução da posição relativa do RS ante a de todas as UFs, em termos de desigualdade de rendimentos dos ocupados, por meio das evidências apresentadas no **Gráfico 14**. Nesse gráfico de dispersão, o coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual do quarto trimestre de 2024 é medido no eixo horizontal, e o do quarto trimestre de 2025, no eixo vertical. De acordo com o que se constata, o RS possuía o oitavo menor nível do indicador no quarto trimestre de 2024: há sete pontos no gráfico de dispersão à esquerda da sua posição, que representam os estados de SC, PR, MG, MS, MT, GO e RO. No quarto trimestre de 2025, o RS havia avançado para o quinto menor nível de desigualdade de rendimentos entre as 27 UFs: existem quatro pontos abaixo de sua posição no Gráfico 14, que correspondem aos estados de SC, ES, MS e MT.

⁹ O coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade que tem como limite inferior zero, que corresponde à perfeita igualdade da variável sob estudo, e como limite superior um, que corresponde à máxima desigualdade. A respeito dessa medida de desigualdade, ver Hoffmann, Botassio e Jesus (2019, capítulo 3).

¹⁰ O coeficiente de Gini foi computado com o Software R (versão 4.5.2) e os pacotes PNADcIBGE (versão 0.7.5), *survey* (versão 4.4.8) e *convey* (versão 1.0.1). A respeito desses pacotes, ver Braga, Assunção e Hidalgo (2024), Lumley (2025) e Pessoa, Damico e Jacob (2024).

Gráfico 14 – Coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual dos ocupados, por região, nas unidades da Federação do Brasil — 4.º trim./2024 e 4.º trim./2025



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026a).
Nota: 1. Elaborado com os microdados da PNAD Contínua.
2. Coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.

A massa de rendimento mensal real habitual dos ocupados no RS, no quarto trimestre de 2025, em comparação ao trimestre anterior, evidenciou variação positiva de 3,2%, passando para R\$ 23,06 bilhões (Tabela 6). Na mesma referência comparativa, também registrou variações positivas em SP (4%) e no país (3,1%), enquanto, em SC e no PR, se manteve estável. Em bases interanuais, no quarto trimestre de 2025, o indicador ficou estável no RS e em SP; já em SC, no PR e no plano nacional, teve desempenho favorável, com variações positivas de 8,9%, 10,9% e 6,4% respectivamente.

Tabela 6 - Massa de rendimento mensal real habitual dos ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DIS-CRIMI-NA-ÇÃO	MONTANTE (R\$ milhões)								VARIAÇÃO %	
	4.º Trim./2019	4.º Trim./2020	4.º Trim./2021	4.º Trim./2022	4.º Trim./2023	4.º Trim./2024	3.º Trim./2025	4.º Trim./2025	4.º trim./2025 3.º trim./2025	4.º trim./2025 4.º trim./2024
Brasil	298.043	277.949	272.484	306.990	322.034	345.521	356.668	367.551	(1)3,1	(1) 6,4
RS	19.364	17.872	17.535	20.374	20.375	22.284	22.338	23.059	(1)3,2	3,5
SC	13.494	13.331	13.127	14.731	15.667	17.144	18.654	18.669	0,1	(1) 8,9
PR	19.765	19.763	18.194	19.820	20.455	23.059	25.212	25.562	1,4	(1)10,9
SP	92.873	84.891	81.222	91.266	96.561	103.217	101.574	105.683	(1)4,0	2,4

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).
Nota: 1. Massa de rendimento mensal real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.
2. Massa de rendimento deflacionada para a média mensal dos preços do 4.º trim./2025.
(1) Significância estatística com 95% de confiança.

1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi mostrado nesta seção, no RS, a taxa de participação na força de trabalho manteve-se estável no quarto trimestre de 2025, não pressionando, pelo lado da oferta, o mercado de trabalho estadual, circunstância também verificada em SC, no PR, em SP e no país. Todavia, o RS perdeu posições relativas diante de todas as UF's quanto ao nível do indicador, uma vez que passou da sexta maior taxa de participação na força de trabalho no quarto trimestre de 2024 para a oitava maior no quarto trimestre de 2025.

O nível de ocupação no RS, no quarto trimestre de 2025, na margem, registrou variação positiva, o que correspondeu a um acréscimo de 82 mil pessoas em seu contingente de ocupados. Na referência comparativa interanual, o indicador manteve-se estável no estado, assim como em SC, no PR, em SP e no âmbito nacional. Em relação a todas as UFs, o RS passou do quinto para a sétimo maior nível de ocupação, na comparação do quarto trimestre de 2024 com o de 2025.

Um aspecto que se destacou no desempenho do mercado de trabalho gaúcho foi a queda da taxa de informalidade, que passou de 32,1% no quarto trimestre de 2024 para 30,1% no quarto trimestre de 2025. Na mesma referência comparativa, houve retração de 118 mil ocupados informais no RS. Ainda assim, o estado permaneceu, na comparação do quarto trimestre de 2024 com o de 2025, com a quarta menor taxa de informalidade entre as UFs.

No que diz respeito à taxa de desocupação, o indicador, no quarto trimestre de 2025, na margem, manteve-se estável no RS. Na referência comparativa interanual, registrou queda no estado, assim como em SC, em SP e no plano nacional. Ante todas as UFs, na comparação do quarto trimestre de 2024 com o quarto trimestre de 2025, o estado passou da oitava para a sétima menor taxa de desocupação.

De acordo com as evidências expostas nesta seção, no RS, o rendimento médio mensal real habitual dos ocupados manteve-se estável no quarto trimestre de 2025, situação também verificada em SP. De forma distinta, no mesmo trimestre, na referência comparativa interanual, o indicador registrou crescimento em SC, no PR e no país.

O coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual dos ocupados evidenciou queda no RS, na comparação do quarto trimestre de 2024 com o quarto trimestre de 2025. Na mesma referência comparativa, o indicador revelou redução da desigualdade de rendimentos em SP, aumento em SC e no PR, e estabilidade no âmbito do país. Em termos de nível da desigualdade de rendimentos, na comparação do quarto trimestre de 2024 com o de 2025, o RS passou do oitavo para o quinto menor coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual.

Também no âmbito dos rendimentos dos ocupados, a massa de rendimento mensal real habitual no RS, no quarto trimestre de 2025, na margem, registrou variação positiva, a qual foi provocada exclusivamente pelo aumento do seu contingente de ocupados. Na referência comparativa interanual, o indicador permaneceu estável no estado, assim como em SP, enquanto, em SC, no PR e no país, evidenciou variações positivas.

2 O CRESCIMENTO DO EMPREGO FORMAL DESACELERA

Nesta seção, a análise concentra-se na evolução dos vínculos formalizados de trabalho, apoiando-se nas séries estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) — fundamentalmente, no Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) e, acessoriamente, na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Inicialmente, aborda-se a variação do emprego formal nos últimos 12 meses disponíveis na base do Novo Caged — cuja informação mais recente refere-se a janeiro de 2026 —, no Rio Grande do Sul, nas demais UF's e no agregado do Brasil. Na segunda subseção, contemplam-se aberturas setoriais, nos cinco grandes agregados e nas subseções e divisões da Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.0 (CNAE 2.0) referentes à indústria. Na terceira subseção, analisa-se a variação absoluta do emprego formal no estado, segundo atributos dos trabalhadores — idade, escolaridade e sexo. Quanto a esta última dimensão, traz-se, ainda, um exercício de análise sobre as diferenças nos salários médios de homens e mulheres no mercado formal, correlacionando-as com as credenciais escolares, o número médio de horas de trabalho contratadas e a duração dos vínculos de emprego. Por fim, enfatizam-se as diferenças regionais que caracterizam a dinâmica do mercado de trabalho formal em diferentes porções do território gaúcho, recortado em nove Regiões Funcionais (RFs) e em 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes).

2.1 EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO BRASIL, NO RS E NAS DEMAIS UF's

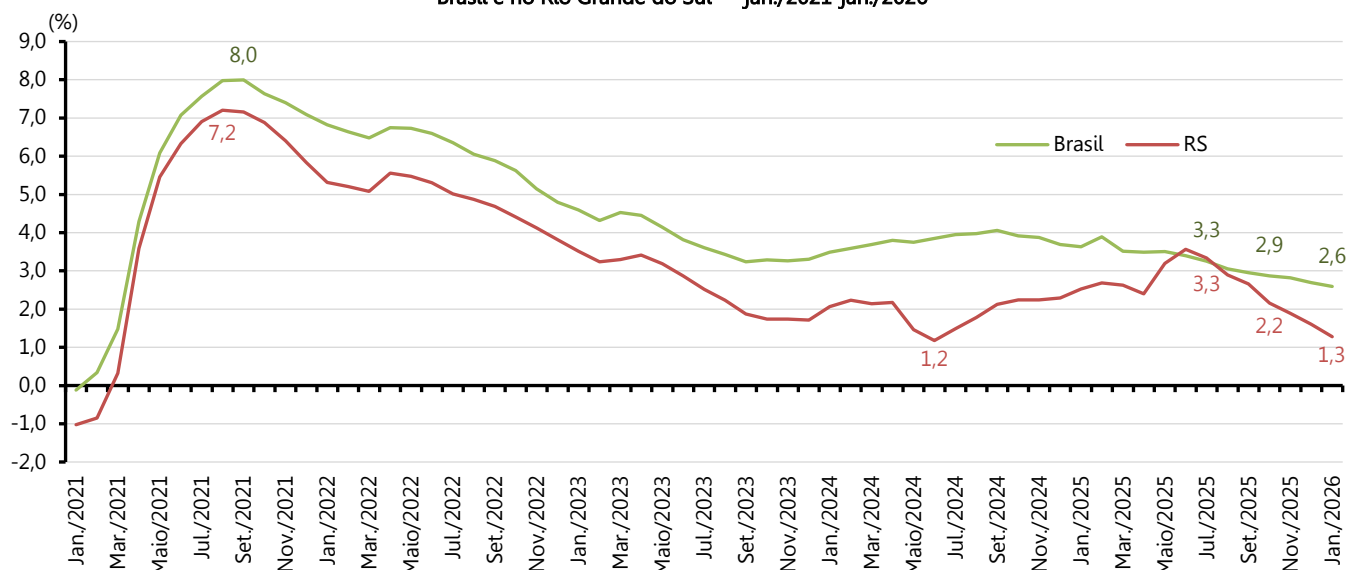
Nos 12 meses compreendidos entre janeiro de 2025 e janeiro deste ano, o Rio Grande do Sul gerou um saldo de 36,5 mil vínculos adicionais de emprego formal, o que significou uma variação de 1,3% do estoque de postos. Esse resultado é significativamente inferior ao alcançado nos 12 meses anteriores, quando o número de empregos gerados foi praticamente o dobro (70,4 mil), o mesmo valendo para o percentual de expansão (2,5%).

O desempenho do agregado do país superou largamente o do mercado de trabalho gaúcho no crescimento relativo do emprego formal. Nos 12 meses mais recentes da série, o número de vínculos adicionais criados no Brasil chegou a 1,2 milhão, e a variação relativa, a 2,6% (exatamente o dobro da registrada no estado). Também na dimensão nacional, a desaceleração é clara, embora menos pronunciada: entre janeiro de 2024 e o mesmo mês de 2025, os resultados haviam chegado a 1,7 milhão e 3,6% respectivamente.

O **Gráfico 15** permite visualizar a evolução das variações acumuladas em 12 meses do estoque de empregados formais, no Brasil e no Rio Grande do Sul, desde o 13.º mês da série do Novo Caged (janeiro de 2021), quando se completou seu primeiro ano, até o resultado de janeiro de 2026. Observa-se uma permanente superioridade dos resultados relativos nacionais, com a efêmera exceção dos meses de junho e julho de 2025, quando a comparação tomava como referência os mesmos meses de 2024 em que mais fortemente se tinham feito sentir sobre o mercado de trabalho os efeitos dos eventos climáticos extremos que assolaram o estado naquele ano. Desde agosto de 2025, a discrepância voltou a se ampliar rapidamente em desfavor do Rio Grande do Sul, retornando a patamares próximos aos constatados antes desse período, que carrega a excepcionalidade da base de comparação.

Ao mesmo tempo, o processo de desaceleração do crescimento do emprego marca ambos os recortes, merecendo destaque que o percentual de variação do emprego formal acumulado em 12 meses no Brasil, em janeiro último, 2,6%, é o mais baixo das 60 medições consolidadas no gráfico. Já o percentual do Rio Grande do Sul nesse mesmo mês, 1,3%, é o segundo menor da série, superando por apenas um décimo de ponto percentual o piso de 1,2%, registrado precisamente em junho de 2024, mês subsequente ao epicentro dos excessos de precipitação ocorridos no estado naquele ano.

Gráfico 15 - Variação acumulada em 12 meses do número de vínculos formais de trabalho no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./2021-jan./2026

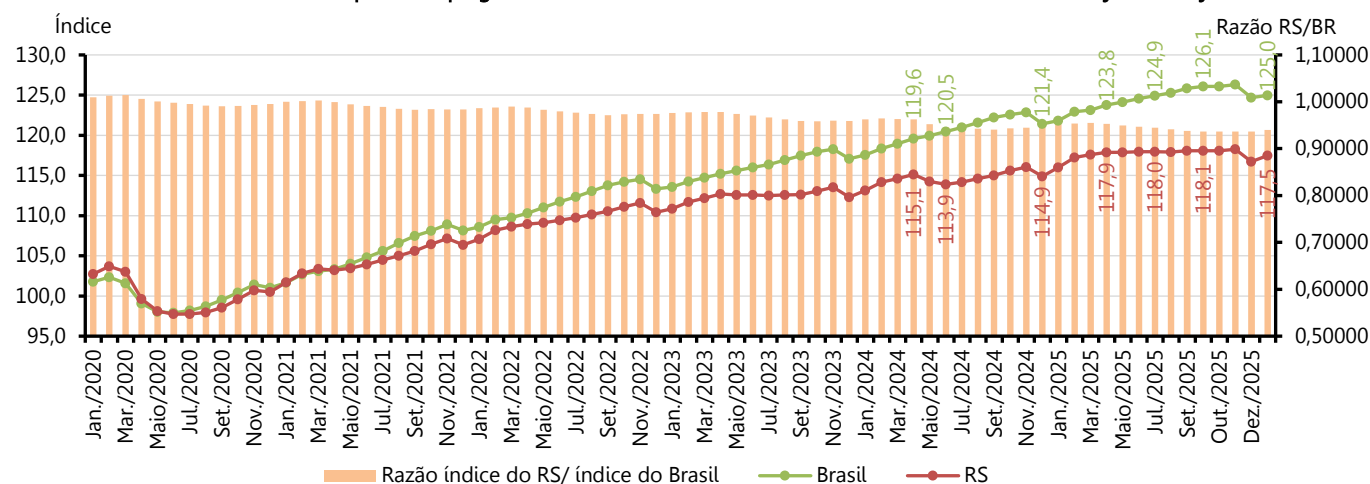


Fonte: Novo Caged (Brasil, 2026).

Outra forma de abordar essa persistente e crescente distância entre a dinâmica do mercado formal gaúcho e aquela do nacional consiste em tomar a média do ano de 2020 como base para um índice do estoque de empregados formais do Rio Grande do Sul e do Brasil a cada mês. No **Gráfico 16**, para facilitar a visualização, apresenta-se uma secção dessa série, tomando-a a partir de janeiro de 2020. Nele, além das linhas temporais dos índices de cada recorte territorial, traz-se também uma representação por barras da razão entre o índice calculado para o estado e o índice apurado para o país, a cada mês. Nessa representação, não há a acumulação de 12 meses — apenas a conversão do estoque de empregos verificado a cada mês em um número-índice —, de modo que as oscilações, especialmente os comportamentos sazonais, emergem com mais clareza. Exemplo eloquente disso é a regular retração do volume de empregos nos meses de dezembro.

O Gráfico 16 representa, com clareza, a tendência de aprofundamento da desvantagem gaúcha ante o agregado nacional, no que diz respeito à geração de vínculos formais de trabalho, em que pese às esperadas oscilações, das quais é exemplo o último mês disponível, janeiro de 2026, quando houve uma elevação — bastante discreta —, relativamente ao mês anterior, da razão entre o índice do mercado de trabalho gaúcho e aquele do agregado nacional. No primeiro mês deste ano, o índice do Rio Grande do Sul representava 94% (razão de 0,940) do índice do País.

Gráfico 16 - Índice do estoque de empregos formais no Brasil e no Rio Grande do Sul e razão entre eles — jan./2020-jan./2026



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2026).

Se o cotejo com o agregado nacional já expressa, de forma cabal, a posição negativamente diferenciada do mercado formal de trabalho gaúcho, é quando se consideram todas as UFs que o dinamismo relativamente escasso do Rio Grande do Sul assume sua expressão mais acabada. Entre janeiro de 2025 e janeiro deste ano, o estado foi o último colocado em percentual de crescimento do emprego, posição em que é assíduo, no acompanhamento que este boletim atualiza regularmente (**Tabela 7**). Nesses 12 meses mais recentes, em que, conforme já foi dito, o número de vínculos formais do mercado de trabalho gaúcho cresceu 1,3%, o penúltimo colocado foi Minas Gerais (1,6%), e o antepenúltimo, o Espírito Santo (1,7%). Os outros estados da Região Sul tiveram variações de 2,1% (Santa Catarina) e 2,5% (Paraná).

No período imediatamente anterior (jan./2024-jan./2025), o Rio Grande do Sul havia ocupado a penúltima posição, com 2,5% de expansão do emprego, cedendo o último lugar para o Mato Grosso do Sul (1,6%). Recuando-se mais 12 meses (jan./2023-jan./2024), reencontra-se o mercado formal gaúcho como aquele com menor variação relativa (2,1% naquele ano). No cômputo dos seis anos cobertos pela série do Novo Caged, de ponta a ponta, o Rio Grande do Sul novamente detém o resultado mais pálido, com um aumento de 14,3% no número de vínculos formalizados de trabalho — mais de 4 p.p. abaixo do estado que o precede nesse ordenamento, o Rio de Janeiro, que teve expansão de 18,5%, e 8,5 p.p. atrás do resultado nacional.

Como tem sido reiterado no acompanhamento trimestral do mercado de trabalho gaúcho (Boletim [...], 2025b), estados das Regiões Norte e Nordeste têm-se destacado pelos mais altos percentuais de crescimento do emprego formal no país, o que se constata, mais uma vez, na análise dos recortes temporais consolidados na Tabela 7. Ainda assim, o persistente diferencial negativo do Rio Grande do Sul emerge na comparação com todas as 26 UFs, inclusive aquelas das Regiões Sudeste e Sul.

Tabela 7 - Estoque de vínculos formais de trabalho em jan./2026 e variações do emprego formal (jan./2020-jan./2026) no Brasil e nas unidades da Federação (UFs)

BRASIL E UFs	ESTOQUE EM JAN/2026	VARIACÕES %			
		2026 2025	2025 2024	2024 2023	2026 2020
Brasil	48.577.979	2,6	3,6	3,5	22,8
Amapá	103.971	8,1	9,8	8,8	53,9
Paraíba	545.625	6,1	5,5	4,5	34,7
Piauí	381.668	5,7	3,4	6,1	29,0
Pernambuco	1.589.961	5,0	3,8	3,7	26,6
Maranhão	694.420	4,9	3,1	3,2	33,9
Sergipe	358.452	4,8	4,3	4,8	23,1
Distrito Federal	1.064.070	4,5	4,9	4,4	26,0
Acre	114.928	4,4	6,0	5,4	41,3
Bahia	2.238.216	4,3	4,4	3,6	28,7
Pará	1.023.413	3,8	3,9	5,3	33,4
Amazonas	572.990	3,6	6,9	4,7	37,8
Ceará	1.456.441	3,4	4,0	4,3	26,8
Rondônia	304.877	3,4	3,3	4,3	26,6
Rio Grande do Norte	553.065	3,2	6,5	5,0	29,3
Mato Grosso	994.293	3,1	3,0	4,5	32,2
Alagoas	480.115	3,1	4,2	5,4	30,9
Mato Grosso do Sul	693.770	3,0	1,6	4,3	27,7
Tocantins	267.526	2,7	3,6	5,7	34,6
Roraima	85.216	2,7	8,3	6,3	53,0
Goiás	1.630.396	2,6	3,7	3,5	28,9
Rio de Janeiro	3.967.366	2,5	3,5	4,4	18,5
Paraná	3.317.106	2,5	4,0	3,3	23,1
Santa Catarina	2.646.497	2,1	4,2	3,0	23,9
São Paulo	14.640.504	2,0	3,3	2,9	19,0
Espírito Santo	925.446	1,7	3,7	4,3	25,2
Minas Gerais	4.995.863	1,6	2,8	3,3	20,7
Rio Grande do Sul	2.897.946	1,3	2,5	2,1	14,3
Não identificado	33.838	-	-	-	-

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2026).

2.2 O DESEMPENHO SETORIAL DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO GAÚCHO

O saldo de 36,5 mil empregos formais adicionais que o mercado de trabalho gaúcho gerou entre janeiro de 2025 e janeiro de 2026 concentrou-se fortemente no setor serviços, que respondeu por 32,8 mil dessas vagas, pouco mais de 90% do total. A expansão da força de trabalho formalmente empregada nesse setor foi de 2,7%, a mais elevada entre os cinco grupamentos e equivalente ao dobro da aferida para o conjunto do mercado formal (1,3%). O segundo maior volume (5,3 mil postos) e a segunda maior participação (14,5%) na formação do conjunto de novos empregos, bem como a segunda maior variação de seu próprio contingente (0,8%), ficaram com o comércio. Em sentido oposto, apenas a agropecuária (o setor menos expressivo na estrutura do emprego formal do estado) teve retração, de 3,1 mil vínculos, o que equivale a uma “contribuição” de -8,4% para o saldo total. A indústria e a construção mantiveram-se praticamente estagnadas no período, com variações de 0,2% e 0,1%, respectivamente, de seus contingentes. Juntas, elas geraram 1,4 mil vínculos adicionais, cerca de 4% do saldo do mercado formal gaúcho, participação que contrasta com a representatividade que ostentam na estrutura setorial do emprego no estado (25,3% para a indústria e 4,8% para a construção, em janeiro de 2026, segundo o Novo Caged).

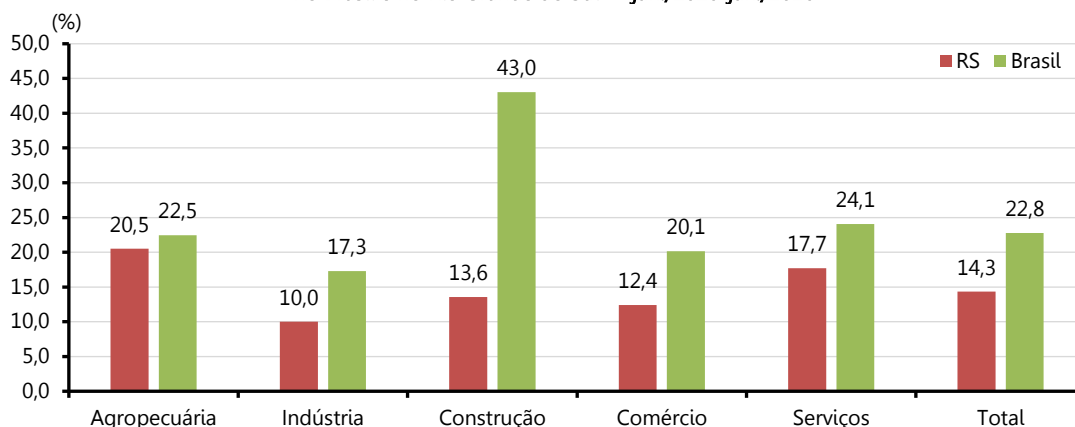
Tabela 8 - Estoques, variações e participação na formação do saldo do emprego formal, por grande grupamento setorial, no Rio Grande do Sul — jan./2025-jan./2026

GRUPAMENTO	ESTOQUE		VARIAÇÕES JAN/2025-JAN/2026		
	Jan./2026	Participação %	Crescimento Relativo (%)	Saldo	Participação % no Saldo
Agropecuária	109.442	3,8	-2,7	-3.063	-8,4
Indústria	733.130	25,3	0,2	1.270	3,5
Construção	140.249	4,8	0,1	135	0,4
Comércio	665.056	22,9	0,8	5.284	14,5
Serviços	1.250.066	43,1	2,7	32.847	90,1
TOTAL	2.897.943	100,0	1,3	36.473	100,0

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2026).

Quando se amplia o intervalo de análise para os seis anos cobertos pela série do Novo Caged (**Gráfico 17**), a indústria revelou-se o setor com mais acanhada expansão do emprego formal no Rio Grande do Sul: 10%, ante os 14,3% do total do mercado formal. Nesse recorte temporal, foi o comércio que deteve a segunda menor variação (12,4%), ficando a construção em uma posição intermediária, entre os cinco setores, com um crescimento de 13,6%, ainda inferior ao resultado do agregado. O melhor desempenho relativo foi o da agropecuária, cujo contingente se elevou 20,5%, seguida de serviços (17,7%).

Gráfico 17 - Variações do estoque de emprego formal, por grande grupamento setorial, no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./2020-jan./2026



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2026).

Na comparação com o agregado do Brasil, a distância anteriormente sublinhada quanto aos resultados do total do emprego (22,8%, no nível nacional; 14,3%, no estadual) repetiu-se em todos os grupamentos setoriais. O contraste mais marcante ocorreu na construção, em que a expansão no país atingiu extraordinários 43%, enquanto, na escala estadual, se limitou a 13,6%. A segunda maior discrepância, relativamente, verificou-se na indústria, em

que o crescimento do emprego gaúcho (10%) se situou 7,3 p.p. abaixo dos 17,3% registrados nacionalmente. Distância semelhante, proporcionalmente, verificou-se no comércio, em que os 12,4% de expansão do mercado formal do RS representaram pouco mais de 60% dos 20,1% de crescimento conquistados no conjunto do Brasil.

Em serviços, a defasagem do crescimento do emprego gaúcho foi relativamente menor, mas, ainda assim, considerável: ante os 24,1% de expansão em escala nacional, o estado atingiu 17,7%. Somente na agropecuária, a variação do número de vínculos formais de trabalho do Rio Grande do Sul aproximou-se mais da atingida no agregado do Brasil: 20,5% *versus* 22,5% respectivamente.

Constata-se que a indústria se posicionou, também no nível nacional, como o setor com menor crescimento relativo de seu contingente de empregados formais, do mesmo modo que no estado. Em ambos os recortes regionais, os grupamentos com mais expressivo crescimento percentual (a construção, no Brasil; a agropecuária, no RS) detiveram pequena expressão na estrutura setorial do emprego (6,2%, no primeiro caso; 3,8%, no segundo), enquanto o segundo melhor resultado verificou-se em serviços, que é o maior empregador em ambas as escalas (49%, em nível nacional; 43,1%, no estado).

As limitações do crescimento do emprego industrial recomendam que se analise mais desagregadamente esse setor, visando a identificar quais segmentos têm condicionado mais decisivamente esses resultados e quais, eventualmente, logram expandir mais significativamente sua força de trabalho. Restringe-se, aqui, esse exame à escala estadual. A **Tabela 9** apresenta os resultados para as quatro seções da CNAE 2.0 em que se subdivide a indústria, bem como para as 24 divisões que compõem a indústria de transformação (IT), uma vez que esta concentra 95,4% do emprego formal do setor e abriga uma grande diversidade de realidades produtivas.

Tabela 9 - Estoques e variações do emprego formal, segundo seções e divisões selecionadas do grande grupamento indústria da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), no Rio Grande do Sul — jan./2020-jan./2026

SEÇÕES E DIVISÕES DA INDÚSTRIA NA CNAE 2.0	ESTOQUE EM JAN/2026	PARTICIPA- ÇÃO % NO TOTAL	CRESCIMENTO RELATIVO (%)	
			Jan./2026 Jan./2025	Jan./2026 Jan./2020
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	17.045	2,3	2,1	8,8
Eletricidade e gás	10.504	1,4	2,3	-4,6
Indústrias extrativas	6.064	0,8	-2,1	7,0
Indústria de transformação	699.517	95,4	0,1	10,3
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	44.111	6,0	-7,0	10,4
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	89.412	12,2	-4,7	-14,1
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	2.263	0,3	-3,4	9,3
Fabricação de produtos de madeira	15.246	2,1	-3,0	6,1
Metalurgia	9.101	1,2	-2,1	15,2
Fabricação de produtos têxteis	8.489	1,2	-1,8	3,8
Fabricação de produtos diversos	15.882	2,2	-1,6	6,1
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	61.916	8,4	-0,9	15,2
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	42.073	5,7	-0,6	14,4
Confeção de artigos do vestuário e acessórios	19.109	2,6	-0,3	-7,8
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	12.115	1,7	0,1	7,7
Impressão e reprodução de gravações	6.355	0,9	0,3	0,7
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	20.014	2,7	0,5	9,9
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	12.191	1,7	0,9	17,3
Fabricação de móveis	39.569	5,4	1,2	11,9
Fabricação de produtos químicos	20.097	2,7	1,2	24,8
Fabricação de produtos do fumo	8.333	1,1	1,8	40,9
Fabricação de máquinas e equipamentos	72.858	9,9	2,2	25,4
Fabricação de bebidas	11.913	1,6	3,1	22,8
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	10.969	1,5	3,8	15,5
Fabricação de produtos alimentícios	155.963	21,3	3,9	15,2
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	16.427	2,2	6,2	49,5
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	2.828	0,4	9,2	26,8
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	2.283	0,3	10,8	22,9
TOTAL DA INDÚSTRIA	733.130	100,0	0,2	10,0

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2026).

Tomando-se, primeiramente, o desempenho do emprego nos 12 meses encerrados ao final de janeiro último, observa-se que, das quatro divisões da indústria, o resultado mais desfavorável foi o das indústrias extrativas, que sofreram uma variação de -2,1% em seu contingente empregado. Entre as outras três, a indústria de transformação ficou estagnada (0,1%), ao passo que água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (2,3%) e eletricidade e gás (1,4%) lograram alguma expansão.

Das 24 divisões que integram a indústria de transformação, nove chegaram a janeiro de 2026 com menos empregados formais do que tinham um ano antes. As variações negativas distribuíram-se entre -0,3% (vestuário e acessórios) e -7% (veículos automotores). A segunda queda mais forte (-4,7%) do emprego formal ocorreu no segmento coureiro-calçadista, que é o segundo maior empregador da indústria¹¹. Outra das quatro principais divisões da indústria de transformação, considerados os contingentes de trabalhadores, esteve entre as nove que sofreram contração nos últimos 12 meses: produtos de metal, que emprega 8,4% da força de trabalho da indústria gaúcha, reduziu em 0,9% seu efetivo. Em número de empregos formais eliminados, nesses 12 meses, destacaram-se as mesmas divisões que lideraram as perdas percentuais, porém em ordem inversa: couro e calçados extinguiu 4,5 mil postos, enquanto veículos automotores, 3,3 mil.

No quadrante dos resultados positivos, dois segmentos com contingentes muito pequenos obtiveram as mais significativas variações percentuais: farmacêuticos (10,8%) e coque, derivados de petróleo e biocombustíveis (9,2%). A terceira posição foi da atividade de manutenção, reparação e instalação de máquinas (6,2%), e, em quarto lugar, com um percentual já bem menos expressivo (3,9%), mas relevante no contexto geral do setor, figurou a divisão com o maior contingente empregado na indústria gaúcha: produtos alimentícios. Para que se complete o registro desses grandes empregadores, o resultado do terceiro maior setor em contingente — fabricação de máquinas — também foi positivo, situando-se em 2,2%, o sétimo colocado entre as 24 divisões da IT. Os mais elevados números absolutos de empregos adicionais verificaram-se em produtos alimentícios (5,8 mil) e fabricação de máquinas (1,6 mil), precisamente os detentores dos maiores contingentes entre os segmentos com expansão de sua força de trabalho.

Quando se tomam os 72 meses cobertos pela série do Novo Caged, a variação do emprego industrial — que, como se viu, foi a menor entre os cinco grandes grupamentos, tanto no estado quanto no país — foi negativa para uma das quatro seções em que se divide o setor, eletricidade e gás (-511 empregos, retração de 4,6%), e para duas das 24 divisões da IT: vestuário e acessórios perdeu 1,6 mil vínculos formais (-7,8%), enquanto couro e calçados enfrentou uma retração quase duas vezes mais intensa (-14,1%), dispensando 14,7 mil empregados.

Lembrando-se que o segmento de couro e calçados é o segundo maior empregador da IT, assinala-se que o principal, produtos alimentícios, teve variação de 15,2%; o terceiro, máquinas e equipamentos, de 25,4%; fabricação de produtos de metal, quarto maior contingente, cresceu com a mesma intensidade que produtos alimentícios, 15,2%. Nos três casos, a expansão foi relativamente maior do que a do conjunto da indústria e do que a da IT. Também nesse intervalo de seis anos, como no de 12 meses, as mais intensas variações percentuais ocorreram em setores com pequena participação no emprego industrial do estado: manutenção, reparação e instalação de máquinas (2,2% do emprego setorial; 49,5% de crescimento) e fabricação de produtos do fumo¹² (1,1% do emprego; 40,8% de expansão).

2.3 ATRIBUTOS DOS TRABALHADORES ENGAJADOS NOS POSTOS ADICIONAIS

Os vínculos adicionais de emprego formal gerados nos últimos 12 meses no mercado formal de trabalho são identificados subtraindo-se o número de trabalhadores desligados do total de trabalhadores admitidos. Essa mesma operação é feita para calcular os resultados setoriais e regionais e é utilizada para se ter uma aproximação do perfil

¹¹ Os estoques tomados aqui como referência referem-se a janeiro de 2026, vale dizer, já dimensionam cada seção ou divisão da CNAE 2.0 após as expansões ou retrações aqui analisadas.

¹² A menção à fabricação de produtos do fumo oportuniza a advertência de que as comparações interanuais tomam, nesta análise, como tradicionalmente é feito, um mesmo mês de referência. Do ponto de vista da evolução do contingente empregado (a análise interna ao segmento produtivo), esse procedimento neutraliza diferenças devidas à sazonalidade. Por outro lado, essa mesma sazonalidade incide sobre o dimensionamento de cada segmento produtivo no conjunto do setor, uma vez que as admissões e os desligamentos de trabalhadores têm padrões estacionários diferenciados ao longo de um ciclo anual.

dos indivíduos que vêm se somar ao contingente formalizado do mercado de trabalho em um determinado intervalo de tempo. Nesse caso, porém, a acuidade é comprometida pela natureza dos registros administrativos que compõem a base do Novo Caged: essa base não engloba o conjunto dos trabalhadores empregados, mas apenas aqueles cujo vínculo de emprego foi iniciado ou descontinuado no período considerado. Entretanto, atributos como a escolaridade podem sofrer alterações ao longo do tempo em que um indivíduo permanece em um vínculo — o que, para a idade, vale muito mais universal e permanentemente. Dessa forma, os saldos aqui apresentados e analisados, conforme esses três grandes atributos, têm uma utilidade sobretudo indicativa das maiores ou menores probabilidades que determinadas categorias de trabalhadores apresentam de serem incorporadas ao segmento mais estruturado e protegido do emprego.

No caso do sexo — das três características aqui abordadas, a menos sujeita a alterações e consequentes distorções —, observa-se que a predominância das mulheres na composição dos saldos de emprego tem sido mantida nas sucessivas análises trimestrais e, mais do que isso, tem-se aprofundado. Entre janeiro de 2025 e janeiro de 2026, no Rio Grande do Sul, dos 36,5 mil vínculos adicionais de emprego apurados, mais de três quartos, 78,2%, foram assumidos por trabalhadoras (**Tabela 10**). Esse é um resultado bem superior aos 55% verificados nos 12 meses anteriores (Boletim [...], 2025a) e excede também, em muito, a participação que as mulheres detinham no universo dos empregados formais contabilizado pela RAIS ao final de 2024 (47,7%).

Tabela 10 - Distribuição do saldo do emprego formal e participação no saldo de jan./2025-jan./2026 e participação no estoque de emprego formal em 31/dez./2024, segundo atributos selecionados dos trabalhadores, no Rio Grande do Sul

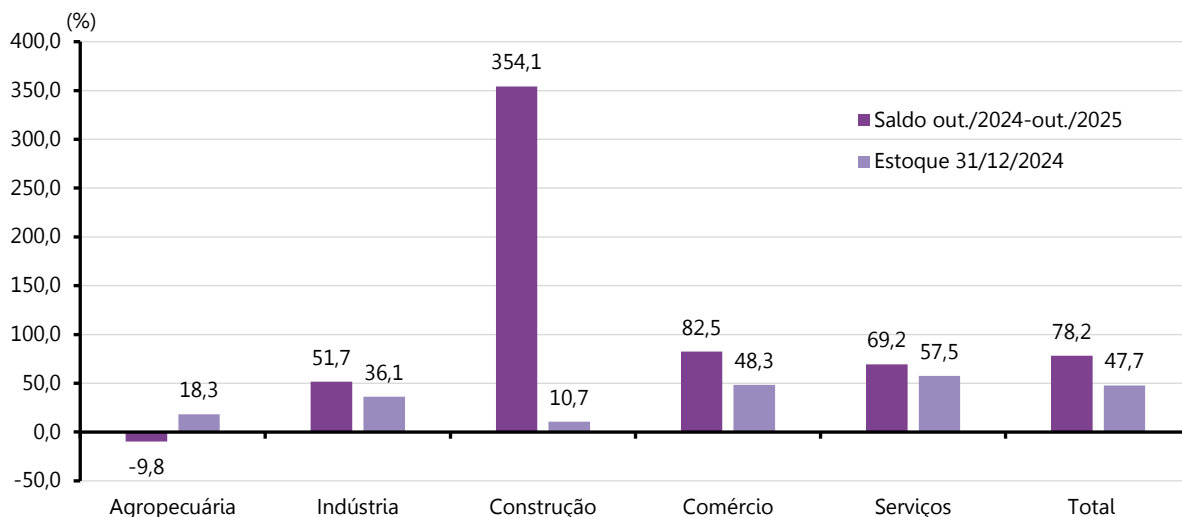
DISCRIMINAÇÃO	NOVO CAGED		RAIS (31/12/2024)
	Saldo em Jan./2025-Jan./2026	Participação % no Saldo	Participação % no Estoque
Sexo (total)	36.475	100,0	100,0
Homens	7.945	21,8	52,3
Mulheres	28.530	78,2	47,7
Faixa etária (total)	36.475	100,0	100,0
Menos de 18 anos	28.777	78,9	1,4
De 18 a 24 anos	38.064	104,4	13,0
De 25 a 29 anos	-1.142	-3,1	12,8
De 30 a 39 anos	-6.729	-18,4	26,1
De 40 a 49 anos	-3.632	-10,0	24,8
De 50 a 64 anos	-13.401	-36,7	19,4
65 ou mais	-5.462	-15,0	2,5
Escolaridade (total)	36.475	100,0	100,0
Analfabeto	388	1,1	0,2
Fundamental incompleto	-518	-1,4	8,8
Fundamental completo	-2.641	-7,2	7,9
Médio incompleto	12.105	33,2	7,3
Médio completo	28.966	79,4	44,6
Superior incompleto	335	0,9	5,0
Superior completo	-2.160	-5,9	26,3

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2026).
RAIS (Brasil, 2025b).

Em uma primeira associação, essa participação tão extraordinariamente superior das mulheres na formação do saldo do emprego formal no estado, nos últimos 12 meses, evoca a concentração desses postos adicionais no setor serviços, o único dos cinco grupamentos em que a força de trabalho feminina é majoritária. Entretanto, quando se verificam os resultados por setor, constata-se que as mulheres foram responsáveis por mais da metade do saldo positivo nos três maiores grupamentos setoriais do ponto de vista do emprego, com um pico de 82,5% no comércio, 69,2% em serviços e 51,6% na indústria. Em todos esses casos, a participação feminina situou-se acima da verificada no universo de empregados formais captado pela RAIS de 2024, sinalizando expansão da parcela ocupada pelas mulheres. Nos dois setores com menores contingentes, o cálculo das participações por sexo padeceu do fato de que, em ambos, o saldo do emprego masculino foi negativo, enquanto o do feminino foi positivo. Na agropecuária, a

soma dos dois sexos resultou em retração; na construção, em uma expansão (próxima a zero)¹³. De qualquer forma, o que aqui importa é que a vantagem das mulheres também se estabeleceu.

Gráfico 18 - Participação das mulheres na formação do saldo de empregos dos grandes grupamentos (jan. 2025-jan./2026) e no total de empregados (31/12/2024) no Rio Grande do Sul



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2026).
RAIS (Brasil, 2025b).

Quando se trata da idade dos indivíduos que sustentaram o saldo positivo do mercado formal de trabalho, reencontra-se, nesse intervalo de 12 meses em análise, a tendência que vem atravessando praticamente toda a série do Novo Caged: a esmagadora prevalência dos menores de idade e dos trabalhadores entre 18 e 24 anos. Com 28,8 mil admissões a mais do que desligamentos¹⁴, a categoria até 17 anos representou 78,9% da expansão do emprego legalizado no estado, tendo-se presente que, no estoque da RAIS de 2024, limitava-se a 1,4% de participação. Já o segmento entre 18 e 24 anos (que detinha 13% do emprego na RAIS de 2024) produziu um saldo de 38,1 mil vínculos formais, superior, portanto (em 4,4%), ao saldo total do mercado. Agrupados os indivíduos com até 24 anos, computa-se um adicional de 66,8 mil postos, não muito distante do dobro (83,3% superior) dos 36,5 mil empregos que o estado agregou efetivamente no período. Nos 12 meses anteriores, o saldo dessa faixa ampliada de idades havia ultrapassado, também, o número total de postos adicionais produzidos no RS, mas a superioridade havia sido de “apenas” 17,5% (Boletim [...], 2025a).

A diferença de 30,4 mil vagas entre a expansão na base da pirâmide etária e o saldo total do mercado foi “compensada” com a retração de todas as faixas de idade sucessivas, dos 25 a 29 anos (- 1,1 mil) aos 65 anos ou mais (- 5,5 mil), passando pelos - 13,4 mil dos 50 a 64 anos e pelos - 6,7 mil dos 30 a 39 anos. É ocioso dizer que os menores de idade e os indivíduos muito jovens costumam receber as menores remunerações e ocupar postos em que a ausência de experiência e até mesmo de maturidade pessoal se associam a menores responsabilidades e mais baixa complexidade técnica das tarefas, o que pode trazer indicações sobre a qualidade dos (relativamente poucos) empregos que vêm sendo criados no mercado formal gaúcho.

Não muito distintas são as consequências da análise do perfil dos empregos formais adicionais pela ótica da escolaridade. Nessa dimensão, percebe-se, efetivamente, um estreitamento da incorporação de trabalhadores com credenciais inferiores ao ensino médio incompleto — desconsiderada a categoria dos analfabetos, residual (detinha 0,2% do estoque da RAIS em 2024). Representando 16,7% do total de empregados ao final de 2024, segundo a RAIS, os trabalhadores dessas categorias tiveram retração nos últimos 12 meses, conforme o Novo Caged (-3,2 mil conjuntamente). Os indivíduos com ensino médio incompleto e ensino médio completo, por sua vez, obtiveram, no

¹³ Na construção, o emprego masculino perdeu 343 postos, e o feminino aumentou 478. Isso resultou em um saldo de 135 vagas. Números muito pequenos, mas que justificam a participação, matematicamente inusitada, de 354,1% das mulheres na formação do saldo setorial.

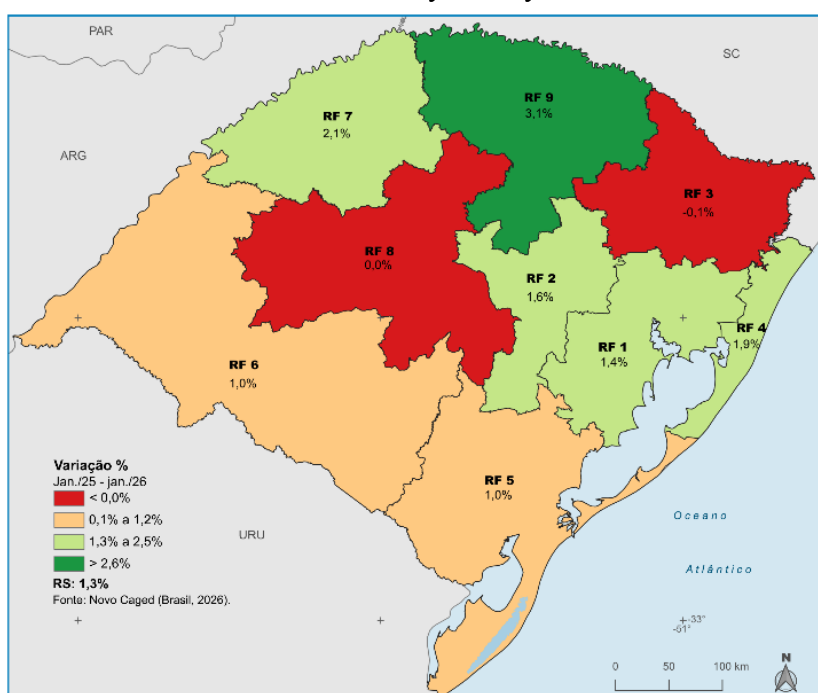
¹⁴ A destacar que, ainda segundo o Novo Caged, o saldo de contratos pela modalidade aprendiz, no Rio Grande do Sul, entre janeiro de 2025 e janeiro de 2026, limitou-se a 4.117.

acesso aos empregos adicionais do período jan./2025-jan./2026, participação superior à que desfrutavam na estrutura do mercado. O primeiro segmento representou 33,2% do saldo, *versus* 7,3% da distribuição da RAIS. O segundo, concentrou 79,4% dos postos adicionais, bem mais do que os 44,6% que detinha no universo dos empregados em dezembro de 2024. Chegando-se às categorias com mais elevadas credenciais educacionais, entretanto, emerge a contraface dessa concentração na escolaridade intermediária: aos trabalhadores com ensino superior incompleto, 5% da estrutura da RAIS, tocou apenas 0,9% do saldo dos últimos 12 meses. Mais séria é a situação dos indivíduos diplomados nesse nível: representando mais de uma quarta parte (26,3%) do estoque da RAIS de 2024, foram desligados em maior número do que foram admitidos, gerando um saldo de -2,2 mil vínculos.

2.4 A DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO CRESCIMENTO DO EMPREGO GAÚCHO

A heterogeneidade das configurações regionais que marcam o território do estado se evidencia quando se analisam os percentuais de crescimento do emprego formal, seja nos últimos 12 meses, seja no arco de seis anos que a série do Novo Caged abrange. Entre janeiro de 2025 e o mesmo mês deste ano, enquanto o agregado do estado registrou elevação de 1,3%, os resultados das nove RFs (**Mapa 1**) distribuíram-se entre o mínimo de -0,1%, na RF 3, nucleada pela Serra, e o máximo de 3,1%, na RF 9 (Norte). Quase idêntica à da RF 3, mas posicionada exatamente em zero, foi a variação da RF 8 (Central). Já o segundo melhor desempenho, o da RF 7 (Noroeste), ficou mais distante da primeira colocada: 2,1% *versus* 3,1%.

Mapa 1 - Variação do emprego formal nas Regiões Funcionais (RFs) do Rio Grande do Sul — jan./2025-jan./2026

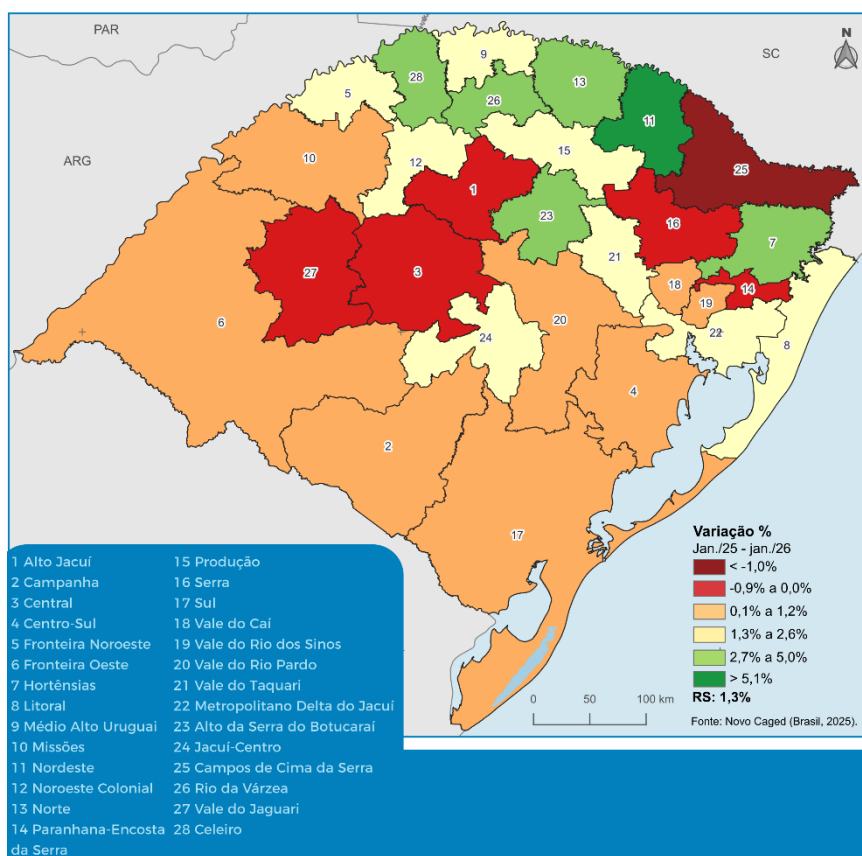


Fonte: Novo Caged (Brasil, 2026).

Quando se dá um passo adicional na desagregação do território, observando-se a regionalização do estado em 28 Coredes (**Mapa 2**), a frequência — e a proporção — de variações negativas eleva-se significativamente. Nesse caso, foram seis Conselhos a passar por retrações do emprego formal nos últimos 12 meses. Quatro dessas mostraram-se muito próximas à estagnação, com percentuais entre -0,3% e -0,1% (Paranhana-Encosta da Serra, Central, Serra e Vale do Jaguari); a seguir, com perda de 0,5%, encontra-se o Alto Jacuí. O mais sensível encolhimento do mercado formal de trabalho registrou-se nos Campos de Cima da Serra, em que a variação foi de -2,8%. Positivamente, despontaram o Nordeste, com nada menos do que 7,5% de expansão; Celeiro e Norte, ambos com 4,5%; e o Rio da Várzea, com 3,1%. Desses quatro Coredes, Celeiro integra a RF 7, que teve o segundo melhor desempenho,

enquanto os outros três fazem parte da RF 9, que liderou o crescimento do emprego gaúcho, quando se consideram as variações relativas.

Mapa 2 - Variação do emprego formal nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul — jan./2025-jan./2026

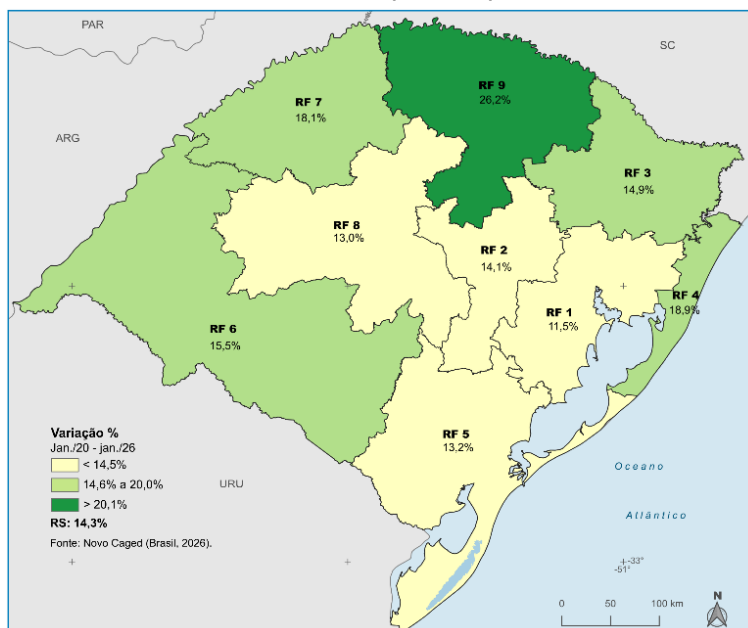


Fonte: Novo Caged (Brasil, 2026).

A posição dianteira da RF 9 parece mais consistente quando se constata (**Mapa 3**) que, também no intervalo temporal de seis anos (jan./2020-jan./2026), a região ostenta o mais alto percentual de crescimento (26,2%), quase o dobro dos 14,3% verificados no agregado do mercado formal gaúcho e 7,3 p.p. à frente da segunda colocada, a RF 4 (Litoral). Nesse recorte, a RF 7, segunda colocada nos últimos 12 meses, assume a terceira posição. Em verdade, o desempenho da RF 9 nesse arco de seis anos a posiciona praticamente como *outlier*, enquanto a dispersão dos resultados das outras oito Regiões Funcionais é pouco acentuada, com os percentuais distribuindo-se entre o mínimo de 11,5% na RF 1 (Metropolitana) e os 18,9% da já referida RF 4. As variações menos expressivas, seguindo-se à da RF 1, verificaram-se na RF 8 (Central) e na RF 5 (Sul).

A RF 9 tem como maiores municípios, em número de empregos, Passo Fundo (78,1 mil, em janeiro de 2026), Erechim (41,7 mil), Marau (17,2 mil) e Carazinho (14,6 mil). Desses, Erechim integra o Corede Norte; os outros três, o Produção. Os demais Conselhos que dela fazem parte são Médio Alto Uruguai, Nordeste, Alto da Serra do Botucaraí e Rio da Várzea. A RF 9, em seu conjunto, computava, em janeiro último, 279 mil empregados formais, o correspondente a 9,6% do total do Rio Grande do Sul. Gerou, do início de 2020 até esse dado mais recente, um adicional de 57,9 mil vínculos de trabalho legalizados, com o que sua contribuição para o saldo de 363,6 mil postos atingidos pelo estado no período foi de 15,9%.

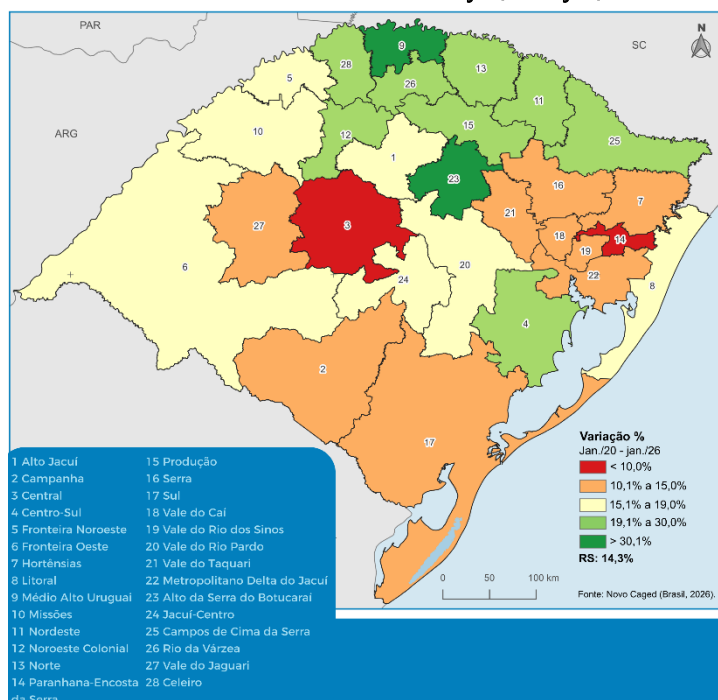
Mapa 3 - Variação do emprego formal nas Regiões Funcionais (RFs) do Rio Grande do Sul — jan./2020-jan./2026



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2026).

Ao se passar para a escala territorial dos Coredes, nesse arco de 72 meses, é ainda mais claro, visualmente, o diferencial do crescimento do emprego em favor da porção norte-nordeste do estado (**Mapa 4**). Com exceção do Conselho Centro-Sul (nucleado pelos municípios de Camaquã e Charqueadas), os melhores resultados localizam-se nessa parcela do Rio Grande do Sul. Os dois desempenhos relativos mais expressivos ocorreram no Alto da Serra do Botucarái (cujos maiores empregadores são os municípios de Soledade e Espumoso), no qual o emprego formal cresceu 46,6% nesses seis anos, e no Médio Alto Uruguai, que teve variação de 33,3%, no período. Esses dois Conselhos fazem parte da RF 9. Os Coredes com expansão menos robusta foram Paranhana-Encosta da Serra (RF 1) e Central (RF 8), em que as variações se limitaram a 8,6% e 9,7% respectivamente.

Mapa 4 - Variação do emprego formal nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul — jan./2020-jan./2026



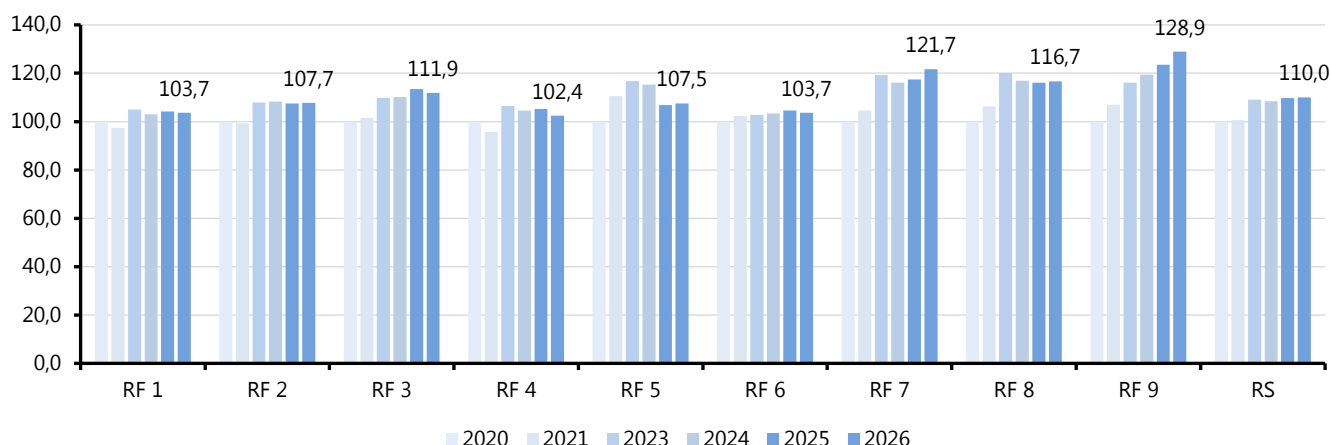
Fonte: Novo Caged (Brasil, 2026).

Dada a importância da indústria, para imprimir dinamismo às economias regionais, e como forma de complementar a análise mais detida que se dedicou, acima, a esse setor, apresenta-se, a seguir, graficamente, a evolução do emprego industrial nas nove Regiões Funcionais do Rio Grande do Sul, ao longo desses seis anos (**Gráfico 19**). Duas das três regiões que melhores resultados obtiveram na evolução do emprego total, no período jan./2020-jan./2026, acima analisado, são as que apresentam a mais intensa expansão do emprego industrial. A Região Funcional 9 acumulou, no período, uma elevação de 28,9% em seu contingente formalmente engajado no setor, a mais expressiva, quase três vezes superior aos 10% amealhados pelo agregado do RS. Uma observação à margem é que essa RF é a única que conquistou cinco variações anuais positivas, enquanto as demais apresentaram as naturais oscilações que caracterizam a atividade econômica. Em segundo lugar, não muito distante, a RF 7 chegou a janeiro de 2026 com 21,7% a mais de empregos na indústria, relativamente ao mesmo mês de 2020. Assim como o agregado do estado e algumas outras RFs, ela passou por uma retração de contingente, no setor, no ano de 2024.

Por outro lado, o emprego industrial tem a variação mais pálida na RF 4 (2,4% de expansão, nos seis anos), em que pese a essa região ter ostentado o segundo melhor resultado quando se tratou do emprego total no período jan./2020-jan./2026. O segundo pior resultado referente ao emprego industrial é compartilhado pela RF 1 e pela RF 6 (Campanha), com 3,7%, em ambos os casos. Na RF 4 e na RF 6, a sucessão de variações, ao longo do período, foi mais irregular, ao passo que, na RF 6, as elevações de contingentes foram muito discretas, mas se repetiram até 2025, com um pequeno recuo apenas neste ano de 2026. A RF 1, aquela com maior peso na distribuição regional do emprego gaúcho, foi, como se viu anteriormente, a que menor crescimento conquistou no total do emprego, no intervalo de 72 meses, e reapareceu, aqui, muito próxima à última posição, no ordenamento das variações do emprego industrial.

Vale registrar que a RF com a mais elevada participação da indústria no emprego total é a RF 3 — 41,1%, tomando-se os dados do Novo Caged de janeiro de 2026. Em segundo lugar, encontra-se a RF 2 (Vales), com 38,6%. A RF 9 vem em terceira posição, marcando considerável distância, com 28,7% de seu contingente formal alocado nesse setor. A constante e acentuada expansão do emprego industrial da RF 9, no entanto, consagra uma diferença de dinamismo que, a longo prazo, é potencial fonte de alterações estruturais. Em janeiro de 2026, considerando-se, agora, a dimensão do emprego industrial, a RF 9 encontrava-se na quarta posição (com 79,9 mil vínculos), praticamente empatada com a terceira, a RF 2 (80,9 mil). Em primeiro, em contingente, a RF 1, Metropolitana, concentrava 279,1 mil trabalhadores industriais; e o segundo maior número de trabalhadores do setor localizava-se na Serra (176,1 mil).

Gráfico 19 - Índice do emprego formal na indústria, por Região Funcional (RF), do Rio Grande do Sul — 2020-26



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2026).

Nota: Os índices têm como base janeiro de 2020 = 100; todos os dados anuais tomam como referência o mês de janeiro.

2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mercado formal de trabalho, tanto no nível estadual quanto no nacional, manteve sua trajetória de crescimento, mas há uma clara desaceleração em curso: no estado, o resultado anualizado de janeiro de 2026, uma variação de 1,3%, foi o segundo menor desde janeiro de 2021, acima apenas, e por muito pouco, do percentual de junho de 2024, que sucedeu o desastre climático ocorrido em maio desse ano no estado. No agregado do Brasil, os 2,6% de janeiro último representam o mais fraco crescimento da série.

A desvantagem do RS, já anunciada nessa variação anual mais recente, com um percentual que representou a metade do nacional, consolida-se nos diversos recortes temporais e procedimentos de comparação. Se é inegável que o impulso de crescimento relativo do emprego formal está concentrado nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil, e ainda na Centro-Oeste, em detrimento das Regiões Sudeste e Sul, há que se ter presente que o Rio Grande do Sul tem-se posicionado recorrentemente em último lugar, entre as 27 unidades da Federação, no ordenamento das variações do mercado de trabalho formal, o que voltou a ocorrer no intervalo de janeiro de 2025 a janeiro de 2026 e no acumulado da série do Novo Caged, que teve início em janeiro de 2020.

No estado, os 36,5 mil vínculos adicionais de trabalho formal gerados nos últimos 12 meses concentraram-se fortemente nos serviços, que responderam por cerca de 90% desse pequeno saldo. A agropecuária, pouco expressiva no mercado formal, passou por retração de 2,7% — percentual que, com sinal invertido, marcou a expansão dos serviços. O comércio cresceu apenas 0,8%, enquanto a indústria (0,2%) e a construção (0,1%) ficaram praticamente no mesmo lugar. Nove das 24 divisões da indústria de transformação da CNAE 2.0 perderam contingente nos últimos 12 meses, ficando as maiores retrações, em números tanto absolutos quanto relativos, com couro e calçados e veículos automotores. Por outro lado, a maior parte dos empregos adicionais foi gerada nas divisões produtos alimentícios e fabricação de máquinas e equipamentos — precisamente, as detentoras dos maiores contingentes de empregados entre os segmentos da IT que tiveram variação positiva no período.

O emprego formal adicional que o Rio Grande do Sul vem gerando tem-se direcionado, majoritariamente, para as mulheres (que atingiram a extraordinária participação de 78,2% do saldo nos últimos 12 meses), e esse diferencial verificou-se nos cinco grandes grupamentos setoriais, mesmo naqueles em que o predomínio masculino, no conjunto de empregados, é muito acentuado, como a construção. Os níveis intermediários de escolaridade (ensino médio incompleto e completo) concentraram as contratações adicionais, em prejuízo dos que estudaram menos, mas também dos indivíduos com nível superior incompleto ou, especialmente, completo: nos últimos 12 meses, o mercado formal gaúcho, entre admissões e desligamentos, diminuiu em 2,2 mil o número de empregados com o diploma superior. Entre janeiro de 2025 e janeiro de 2026, ademais, aprofundou-se a ingente participação dos menores de idade e dos trabalhadores entre 18 e 24 anos de idade na formação dos saldos de emprego, na comparação com os 12 meses anteriores. Nesses últimos 12 meses, o saldo que essas duas faixas geraram, conjuntamente, foi quase o dobro do saldo total do mercado, o que se “compensou” com a perda de aproximadamente 30 mil postos distribuída entre todas as demais faixas etárias.

Essas tendências verificadas no engajamento de trabalhadores iniciais, de baixa idade e escolaridade muito limitada, sinalizam que os postos que o Rio Grande do Sul gera não se têm caracterizado pela complexidade técnica e por remunerações relativamente mais elevadas.

Por fim, a análise da distribuição regional do crescimento do emprego no território gaúcho configura uma clara dianteira da porção norte-nordeste do estado na dinamização do mercado de trabalho formal, com destaque para a Região Funcional 9. Esse diferencial positivo verificado no agregado dos setores repete-se com comparável intensidade quando se examina apenas o emprego industrial.

Box A

A QUEDA DA INFORMALIDADE NO MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO QUARTO TRIMESTRE DE 2025

Como visto na seção 1, a taxa de informalidade sofreu uma queda relevante no estado, tendo passado de 32,1% no quarto trimestre de 2024 para 30,1% no quarto trimestre de 2025. Na mesma referência comparativa, o contingente de ocupados informais passou de 1.901 mil para 1.783 mil pessoas, uma retração de 118 mil pessoas. Esse desempenho da ocupação informal no RS representou, no período, 19,7% da redução do contingente de ocupados informais do país. O objetivo deste *box* é o de buscar, por meio da desagregação dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), elementos que permitam conhecer melhor a queda da informalidade no estado, no quarto trimestre de 2025.

De acordo com o que se pode constatar na **Tabela A**, houve uma tendência de retração do trabalho informal na maioria dos grupamentos de atividade econômica do RS, quando se compara o quarto trimestre de 2024 com o quarto trimestre de 2025 — as exceções foram agricultura, pecuária, pesca, produção florestal e aquicultura e educação, saúde humana e serviços sociais. As maiores quedas absolutas da ocupação informal foram no grupamento de serviços domésticos (-35 mil) e no de transporte, armazenagem e correio (-26 mil). No que segue, procura-se concentrar a exposição sobre os trabalhadores inseridos no primeiro grupamento, que foi o que evidenciou a maior queda absoluta do contingente de ocupados informais.

Tabela A - Contingentes de ocupados informais, por grupamento de atividade principal, no Rio Grande do Sul — 4.º trim./2024 e 4.º trim./2025

	(1.000 pessoas)		
DISCRIMINAÇÃO	4º TRIM/2024	4º TRIM/2025	Δ
Total	1.901	1.783	-118
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	394	403	9
Indústria geral	148	129	-19
Construção	228	214	-14
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	229	219	-10
Transporte, armazenagem e correio	129	103	-26
Alojamento e alimentação	110	96	-14
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	187	170	-17
Educação, saúde humana e serviços sociais	85	97	12
Outros serviços	147	143	-4
Serviços domésticos	244	209	-35

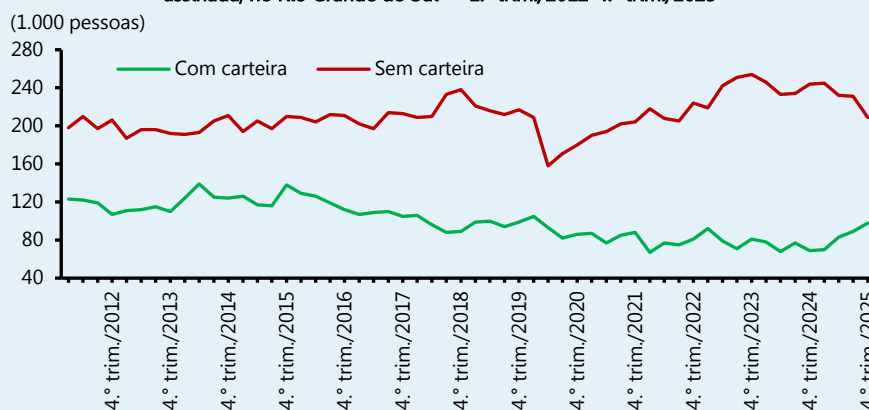
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026a).

Nota: 1. Elaborado com os microdados da PNAD Contínua.

2. São considerados ocupados informais os empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado; os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; os empregadores sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); os trabalhadores por conta própria sem CNPJ; e os trabalhadores familiares auxiliares.

O **Gráfico A.1** traz a evolução do número absoluto de trabalhadores domésticos, com e sem carteira de trabalho assinada no RS, em toda a série temporal da PNAD Contínua, do primeiro trimestre de 2012 ao quarto trimestre de 2025. Como pode-se constatar, o pico da série temporal dos ocupados domésticos sem carteira ocorreu no quarto trimestre de 2023, 254 mil pessoas. Em 2025, identifica-se uma tendência de queda desse contingente, que se situou em 209 mil pessoas no seu quarto trimestre. Por sua vez, o pico da série temporal dos ocupados domésticos com carteira, no RS, foi verificado no segundo trimestre de 2014, 139 mil pessoas. No passado recente, em 2025, ocorreu um processo de recuperação parcial desse contingente de trabalhadores, que alcançou 98 mil pessoas no quarto trimestre de 2025. Assim, sugere-se que o que ocorreu no RS, em 2025, foi um processo de formalização dos trabalhadores domésticos, uma vez que, quando se coteja o número total de ocupados domésticos do quarto trimestre de 2024 com o do quarto trimestre de 2025, este não aumentou, pois passou de 313 mil para 307 mil pessoas.

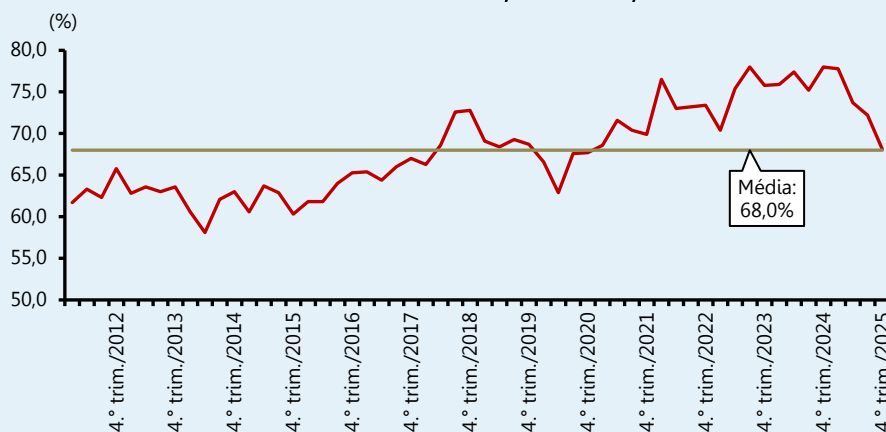
Gráfico A.1 - Contingentes de trabalhadores domésticos, com e sem carteira de trabalho assinada, no Rio Grande do Sul — 1.º trim./2012-4.º trim./2025



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

Reforçando a compreensão de que o que ocorreu no estado, em 2025, foi um processo de formalização do trabalho doméstico, o **Gráfico A.2** mostra que a parcela relativa de trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada no RS evidenciou queda durante o último ano, passando de 78% no quarto trimestre de 2024 para 68,1% no quarto trimestre de 2025, em um contexto de ausência de crescimento do contingente de trabalhadores domésticos total, conforme visto anteriormente. Assinale-se, como foco de atenção, que a parcela relativa de trabalhadores domésticos sem carteira do quarto trimestre de 2025 voltou a se situar próxima da sua média histórica, que é de 68%. Afora esse aspecto, fica claro que esse indicador é muito superior à taxa de informalidade agregada do estado no quarto trimestre de 2025 (30,1%), o que demonstra que a desproteção do trabalho entre esses ocupados é muito mais ampla.

Gráfico A.2 - Parcela relativa de trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada no Rio Grande do Sul — 1.º trim./2012-4.º trim./2025



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

Box B

QUANTOS ASSALARIADOS FORMAIS GANHAM ATÉ R\$ 5.000 NO RIO GRANDE DO SUL?

Em 26 de novembro de 2025, foi sancionada, pela Presidência da República, a Lei Federal n.º 15.270, que tem como uma de suas principais medidas a isenção do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF) para aqueles que ganham até R\$ 5.000 por mês, sendo a sua vigência estabelecida a partir de janeiro de 2026 (Brasil, 2025a). Este *box* procura estimar o contingente e a parcela relativa de assalariados no RS, assim como no país e nas demais unidades da Federação, cujos rendimentos eram de até R\$ 5.000 por mês, utilizando, para tanto, dados do quarto trimestre de 2025 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A suposição adotada é a de que o novo limite de isenção do IRPF — assim como o preexistente — se aplica para segmento formal do mercado de trabalho. Nesse sentido, na posição na ocupação de empregado, consideram-se formais as seguintes categorias de assalariados: empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado, empregados com carteira de trabalho assinada no setor público e militares e servidores estatutários.

Por meio da **Tabela B**, é possível conhecer o contingente de assalariados formais no RS, no Brasil e nas demais unidades da Federação cujo rendimento médio mensal nominal habitual de todos os trabalhos do quarto trimestre de 2025 era de até R\$ 5.000. De acordo com o que se pode constatar, no RS, havia 2.587 mil assalariados formais com rendimentos até esse ponto de corte, o que representava 83,8% do total de assalariados formais do estado. No país, a parcela relativa de assalariados formais com rendimentos mensais de até R\$ 5.000 era de 83,3%, meio ponto percentual inferior à do RS. A unidade da Federação que detinha a maior parcela relativa de assalariados formais com rendimentos mensais de até R\$ 5.000 era a Bahia (88,1%), e a menor, o DF (62,4%).

Tabela B - Contingente e parcela relativa de assalariados formais, por faixas de rendimentos, no Brasil e nas unidades da Federação — 4.º trim./2025

DISCRIMINAÇÃO	CONTINGENTE (1.000 pessoas)			PARCELA RELATIVA		
	Rendimento até R\$ 3.242	Rendimento até R\$ 5.000	Δ	Rendimento até R\$ 3.242 (%)	Rendimento até R\$ 5.000 (%)	Δ (p. p.)
Brasil	32.466	40.854	8.388	66,2	83,3	17,1
RO	224	292	68	64,2	83,7	19,5
AC	96	118	22	67,1	82,5	15,4
AM	445	541	96	69,1	84,0	14,9
RR	93	115	22	64,1	79,3	15,2
PA	867	1.029	162	72,3	85,8	13,5
AP	98	124	26	61,6	78,0	16,4
TO	197	247	50	66,1	82,9	16,8
MA	584	686	102	73,7	86,6	12,9
PI	321	374	53	73,8	86,0	12,2
CE	1.075	1.223	148	77,2	87,8	10,6
RN	446	521	75	71,0	83,0	12,0
PB	472	549	77	74,2	86,3	12,1
PE	1.134	1.348	214	71,8	85,3	13,5
AL	372	418	46	78,0	87,6	9,6
SE	281	331	50	72,4	85,3	12,9
BA	1.822	2.101	279	76,4	88,1	11,7
MG	3.666	4.433	767	71,2	86,1	14,9
ES	682	834	152	70,3	86,0	15,7
RJ	2.650	3.319	669	63,4	79,3	15,9
SP	8.375	11.030	2.655	61,9	81,5	19,6
PR	2.140	2.789	649	63,7	83,1	19,4
SC	1.581	2.177	596	61,5	84,6	23,1
RS	2.000	2.587	587	64,8	83,8	19,0
MS	476	620	144	65,2	84,9	19,7
MT	632	861	229	61,8	84,2	22,4
GO	1.296	1.618	322	69,7	87,0	17,3
DF	441	569	128	48,4	62,4	14,0

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026a).

Nota: 1. Elaborado com os microdados da PNAD Contínua.

2. São considerados formais os assalariados com carteira de trabalho assinada nos setores privado e público e os militares e servidores estatutários.

3. Na elaboração da tabela, utilizou-se o rendimento médio mensal nominal habitual de todos os trabalhos dos assalariados no 4.º trim./2025.

A **Tabela B** também permite que se faça um exercício comparativo entre a legislação do IRPF em vigência em 2026 com a que vigorava em 2025, que isentava do pagamento do imposto aqueles cujos rendimentos mensais eram de até dois salários mínimos. Nesse sentido, comparam-se os contingentes e as parcelas relativas de assalariados formais que ganhavam mensalmente até R\$ 3.242 no quarto trimestre de 2025 — que correspondem a dois salários mínimos em vigor a partir de janeiro de 2026 —, com os mesmos indicadores relativos ao limite de isenção estabelecido pela Lei Federal n.º 15.270. No RS, estima-se que deverá haver um aumento do contingente de assalariados formais isentos de pagamento do IRPF, quando se compara o limite de isenção de 2025 com o de 2026, de 587 mil pessoas, com a parcela relativa de assalariados formais elevando-se de 64,8% para 83,8%, um acréscimo de 19 pontos percentuais (p.p.). Esse último indicador é superior ao que se estima para o país, cujo acréscimo deverá ser de 17,1 p.p. O estado que deverá registrar o maior aumento da parcela relativa de assalariados formais que ficará isenta do pagamento do IRPF em 2026 é SC (23,1 p.p.), e o menor aumento será para AL (9,6 p.p.). Esse último estado possuía, todavia, de acordo com a estimativa baseada na legislação do IRPF de 2025, a maior parcela relativa de assalariados formais isenta de pagamento do imposto.

REFERÊNCIAS

- BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 7, n. 1, 2025a. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>. Acesso em: 26 fev. 2026.
- BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 7, n. 4, 2025b. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>. Acesso em: 18 dez. 2025.
- BRAGA, D.; ASSUNÇÃO, G.; HIDALGO, L. **Package PNADclBGE**. Vienna: Comprehensive R Archive Network, 2024. Disponível em: <https://cran.r-project.org/web/packages/PNADclBGE/index.html>. Acesso em: 1 fev. 2024.
- BRASIL. Lei n.º 15.270, de 26 de novembro de 2025. Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para instituir a redução do imposto sobre a renda devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 226, p. 3, 27 nov. 2025a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-15.270-de-26-de-novembro-de-2025-671614220>. Acesso em: 3 mar. 2026.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Base estatística RAIS**. Brasília, DF: MTE, 2025b. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>. Acesso em: 4 mar. 2026.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Estatísticas mensais do emprego formal** — Novo Caged: janeiro 2025. Brasília, DF: MTE, 2026. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>. Acesso em: 26 fev. 2026.
- CONCEIÇÃO, C.; LAZZARI, M.; FANTINEL, V. **Resultados do PIB trimestral do Rio Grande do Sul** — 3.º trimestre de 2025. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2025. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202512/30161557-nt-dee-124-pib-trimestral-do-rs-3-trim-2025.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2025.
- HOFFMANN, H.; BOTASSIO, D.; JESUS, J. **Distribuição de renda** – medidas de desigualdade, pobreza, concentração, segregação e polarização. São Paulo: Edusp, 2019.
- IBGE. **Medidas de subutilização da força de trabalho**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. (Nota técnica, n. 2). Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_022016.pdf. Acesso em: 12 maio 2021.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: PNAD Contínua — Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2026a. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Microdados/2025. Acesso em: 20 fev. 2026.
- IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua — Divulgação Trimestral — 4.º trimestre de 2025. Rio de Janeiro: IBGE, 2026b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil>. Acesso em: 20 fev. 2026.
- ILO. **Key indicators of the labour market**. Geneva: ILO, 2016. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---stat/documents/publication/wcms_498929.pdf. Acesso em: 12 ago. 2020.
- LUMLEY, T. **Package survey**. Vienna: Comprehensive R Archive Network, 2025. Disponível em: <https://cran.r-project.org/web/packages/survey/index.html>. Acesso em: 28 ago. 2025.
- MANGANELLI, A.; BASTOS, R.; DONOSO, V. Emprego e salários: nível de ocupação mostra sinais contraditórios em janeiro de 2025. In: WEISS, M. (Coord.) **Carta de Conjuntura do NAPE**. Porto Alegre: FCE/UFRGS, v. 32, n. 1, 2025. Disponível em: https://www.ufrgs.br/fce/wp-content/uploads/2025/05/Carta-Nape_03.2025_ok.pdf. Acesso em: 22 maio 2025.
- OIT. **Resolución sobre las estadísticas del trabajo, la ocupación y la subutilización de la fuerza de trabajo**. Ginebra: OIT, 2013. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dqreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms_234036.pdf. Acesso em: 5 jun. 2019.

PESSOA, D.; DAMICO, A.; JACOB, G. **Package convey**. Vienna: Comprehensive R Archive Network, 2024. Disponível em: <https://cran.r-project.org/web/packages/convey/index.html>. Acesso em: 16 out. 2024.

PESSOA, M. L.; ANJOS, G. dos; XAVIER SOBRINHO, G. G. de F. **Cadernos ODS – Síntese. ODS 5 – Igualdade de Gênero**. Porto Alegre: SPGG/DEE, mar. 2026. Disponível em: <https://admin.dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202603/09093924-sintese-caderno-ods5-igualdade-de-genero-final.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2026.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL